

Diário do Legislativo de 18/11/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 74ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 75ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/11/2008

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Antônio Júlio; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112; requerimentos do Deputado Gilberto Abramo (2); deferimento; questões de ordem; requerimentos do Deputado Gilberto Abramo (2); deferimento; questões de ordem; requerimento do Deputado Rômulo Veneroso; deferimento; requerimento do Deputado Gilberto Abramo; aprovação; questões de ordem; leitura do art. 4º e votação secreta do veto ao art. 4º; discursos dos Deputados Domingos Sávio, Adalclever Lopes e Irani Barbosa; rejeição; votação secreta do veto ao art. 65; discurso do Deputado Irani Barbosa; rejeição; votação secreta dos vetos aos §§ 3º e 4º do art. 1º; ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; manutenção; votação secreta dos vetos ao § 2º do art. 1º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63 e 67; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682; rejeição; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio

Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, na verdade não é uma discussão. Só queria confirmar um número. No requerimento que foi apresentado pelo Deputado Adalclever Lopes, na retirada de seus projetos, quero apenas confirmar se é nº 1.903 ou nº 1.093.

O Sr. Presidente - O número é 1.093. Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.093/2007, em razão de sua retirada de tramitação na ordinária realizada hoje, à tarde.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção dos vetos aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; e pela rejeição dos vetos ao § 2º do art. 1º, ao art. 4º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63, 65 e 67. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, combinado com os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

Vêm à Mesa requerimentos do Deputado Gilberto Abramo (2), solicitando a votação destacada dos vetos aos arts. 4º e 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112. A Presidência defere os requerimentos, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Questões de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Quais os destaques?

O Sr. Presidente - Destaque dos vetos aos arts. 4º e 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

O Deputado Irani Barbosa - De quem são os destaques, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - Do Deputado Gilberto Abramo.

Vêm à Mesa requerimentos do Deputado Gilberto Abramo (2), solicitando a retirada dos requerimentos de sua autoria solicitando votação destacada dos vetos aos arts. 4º e 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112. A Presidência defere os requerimentos, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

Questões de Ordem

O Deputado Inácio Franco - Solicito destaque aos arts. 4º e 65, pela Bancada do PV, PPS, PSB e PSC.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita que o BPS formalize o pedido.

O Deputado Irani Barbosa - Somente para fazer um esclarecimento aos Srs. Deputados, Sr. Presidente. Gostaria que o Secretário fizesse a leitura dos arts. 4º e 65 do veto, a fim de que os Deputados pudessem compreender que o meu parecer pela rejeição do veto é exatamente para propiciar ao Estado de Minas Gerais a criação de novos cartórios em cidades com mais de 150 mil habitantes e para que a população possa não só ter mais acesso aos serviços como também opções. Futuramente, acredito que os cartórios terão de ser desregulamentados para todos eles poderem prestar o mesmo serviço, a fim de que a população possa também se beneficiar da concorrência. O que não podemos é aceitar que, em Minas Gerais, mais de 50 cartórios faturem acima de R\$500.000,00 por mês, enquanto há um teto salarial. Não podemos aceitar que o Estado patrocine o enriquecimento com a obrigatoriedade de o cidadão dirigir-se a esses cartórios. O que foi proposto no projeto de lei, que não é de minha autoria - de minha autoria, é somente o parecer do veto -, é que haja mais cartórios em Minas Gerais e se acabe com essa caixinha, que patrocina até parlamentares, para criar e manter esse feudo, que há mais de 40 anos é da mesma forma. Sr. Presidente, estamos tentando evitar que Minas Gerais... Estou concluindo, Sr. Presidente. Repito apenas a segunda parte para aqueles que não prestaram a devida atenção. Quem, na questão dos cartórios, votar pela manutenção dos vetos aos arts. 4º e 65 beneficiará aqueles que faturam acima de R\$500.000,00 por mês em Minas Gerais. Isso é um absurdo. Gostaria de ver cada um aqui botar sua cara para sabermos que bichos há nessa floresta negra que acompanha alguma parte do Judiciário em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, solicitando a votação destacada dos vetos aos arts. 4º e 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo, solicitando a inversão da preferência na votação do veto à Proposição de Lei Complementar nº 112, de modo que os vetos aos arts. 4º e 65 sejam apreciados em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, vamos votar o veto ou o parecer? Gostaria que V. Exa. nos explicasse, porque sempre há confusão no momento de votação.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que votaremos o veto.

O Deputado Lafayette de Andrada - Como se trata de destaque, solicito que seja lido o veto ao art. 4º.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura do art. 4º da proposição.

O Sr. Secretário (Deputado Délio Malheiros) - (- Lê o art. 4º da Proposição de Lei Complementar nº 112, publicado na edição de 29/8/2008.).

O Sr. Presidente - Votação do veto ao art. 4º da Proposição de Lei Complementar nº 112. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, disponho-me a encaminhar pela manutenção do veto e gostaria de, em breves palavras, fazer alguns esclarecimentos, até porque a matéria é polêmica e gera afirmações apaixonadas, que podem levar a se confundirem não apenas nossos colegas, como também os mineiros que acompanham esse assunto de seu interesse e que é tão relevante para todos.

Essa matéria trata de criar, na legislação que chegou a esta Casa, por meio de emenda - essa matéria foi emendada, não veio pelo Tribunal de Justiça nem pelo governo do Estado -, em cada comarca, dois cartórios de notas - comarca de 1ª e 2ª instâncias - e, a partir daí, mais um para cada vara instalada até atingir 10 cartórios. Isso significa, por exemplo, que, em Belo Horizonte, não se pode criar mais nenhum. Aqui já há 10 cartórios de notas. Então, Belo Horizonte, de certa forma, ficou preservada. Já no interior, vejam o que aconteceria: numa cidade que possui dois cartórios, com 50 mil habitantes, se possui oito ou 12 varas instaladas - Divinópolis possui 16 varas -, há a criação de no mínimo mais oito cartórios de notas. O cartório de notas, diferentemente de outros cartórios, como o de protesto e o de registro de imóveis, não é milionário; é fundamental, essencial para a organização do Judiciário, mas, se pegarmos uma comarca relativamente pequena, onde há dois cartórios, e começarmos a criar novos cartórios em função do número de varas, como estabeleceu a emenda, teremos várias cidades mineiras com o mesmo número de cartórios de notas de Belo Horizonte. Isso equivale a dizer que o cartório de notas daquela comarca quebrará. Interessa a quem quebrar um cartório de notas? Esse cartório tem responsabilidade fundamental em todo o processo judicial, em toda a organização judiciária. Então ele tem de estar organizado. Daí o Governador ter vetado o projeto, e eu estar aqui fazendo a defesa de que manter o veto, neste momento, é uma atitude de bom senso.

Além do mais, Presidente, aproveite o último minuto para dizer que o Presidente Lula, há cerca de 30 dias, por decreto, nomeou uma comissão especial para, por meio do Ministério da Justiça e outros órgãos do governo federal, elaborar uma reformulação na legislação sobre cartórios no Brasil, o que é necessário e providencial. Essa comissão tem o prazo, pelo que me consta, de 90 dias. Portanto, dentro de 90 dias, virá uma reformulação federal para organizar todos os cartórios, não só o de notas. Neste momento, legislar sobre essa matéria só complica as coisas; portanto, entendo que manter o veto do Governador Aécio Neves é uma atitude prudente e melhor para a legislação mineira. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adalcleber Lopes.

O Deputado Adalcleber Lopes - Sr. Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acordar quem está dormindo é difícil, mas acordar quem finge estar dormindo é impossível. Desculpem-me a sinceridade em dizer ao Deputado que encaminhou a favor e aos outros que querem votar a favor que, debaixo desse tutu, tem lingüça. Isso aqui é para proteger os donos milionários de cartórios. Essa é a grande verdade. Não há nada disso. Há seis anos, discutimos cartórios nesta Casa, e sempre os milionários e magnatas dos cartórios compram a maioria. Essa é uma denúncia feita aqui, nestes microfones, e não se vota nada. Essa é a grande verdade. Quem sentir dó dos velhinhos de verdade, e não dos velhos que estão cheios da grana, que vote contra. Sr. Presidente, acordar quem está dormindo é difícil; acordar quem finge estar dormindo é impossível. Quem votar a favor disso é porque está na caixinha dos cartórios. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, primeiramente temos de dividir os acontecimentos do veto. O veto não foi do Governador do Estado, mas do Presidente do Tribunal de Justiça. Foi o Tribunal de Justiça que vetou esse projeto, e o Governador não o vetaria. Quem vetou esse projeto se aposentou, e muito bem. E, se as atitudes de quem vetou tivessem sido decentes, o novo Presidente do Tribunal de Justiça não teria dado uma canetada, anulando a concorrência do Palácio da Justiça. Sabemos muito bem que muitas decisões do Desembargador Presidente Dr. Orlando Adão estão sendo revistas pelo Tribunal de Justiça, porque nem todos pactuam com o errado e com a corrupção. Há muita gente decente lá. Foi-me dada a oportunidade de relatar essa matéria, e pude contar com o nobre e querido Deputado Lafayette de Andrada, que ouviu a todos os segmentos do Judiciário. Eu lhe disse: Deputado, o pessoal quer tomar algumas decisões, e o senhor conhece a legislação muito bem, porque é de família de juristas e conhece as necessidades dos servidores do Judiciário. O Deputado Lafayette de Andrada organizou, trabalhou e ouviu a todos os segmentos do Judiciário, para que pudéssemos produzir esse relatório. Fiz a relatoria. Foi aprovado pela maioria dos Deputados, aliás, por unanimidade. Os Deputados Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues estavam presentes e votaram a favor dos servidores. O que estamos buscando é exatamente uma oportunidade. No momento em que exigirmos que os Oficiais de Justiça tenham o curso de nível superior - e, na sua maioria, fazem Direito, até por vocação, pelo local em que trabalham e pela profissão -, amanhã poderão ter oportunidade de fazer um concurso nesses cartórios, nessa caixinha de segredo e nessa roda da fortuna que patrocina Deputados, que patrocina corrupção e muita coisa mais neste Estado. Estamos pedindo que aqueles que são a favor da divisão dos cartórios e de que se aumente o número dos cartórios votem "não"; e aqueles que contribuem e participam da caixinha que continuem com seu voto "sim". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 4º da Proposição de Lei Complementar nº 112.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 13 Deputados. Votaram "não" 45 Deputados. Houve 3 votos em branco. Está, portanto, rejeitado o veto ao art. 4º da Proposição de Lei Complementar nº 112. À promulgação. Votação do veto ao art. 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a vitória da dignidade nesta Casa, que, em relação ao art. 4º, já mostrou que a maioria é pela decência, a maioria é por Minas Gerais, a maioria é pela honradez e pela honestidade. Aguardamos, Sr. Presidente, a mesma sintonia, o mesmo entendimento, a mesma coerência e a mesma honradez desta Casa, e o encaminhamento é pelo voto "não" ao art. 65 também.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto ao art. 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 9 Deputados. Votaram "não" 51 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado o veto ao art. 65 da Proposição de Lei Complementar nº 112. À promulgação. Em votação, os vetos aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 53 Deputados. Votaram "não" 7 Deputados. Estão, portanto, mantidos os vetos aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68. Oficie-se ao Governador do Estado. Em votação, os vetos ao § 2º do art. 1º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 62 Deputados. Não houve voto contrário. Estão, portanto, rejeitados os vetos ao § 2º do art. 1º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112. À promulgação. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, exceto os vetos ao art. 4º, ao art. 65, ao § 2º do art. 1º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63 e 67.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, combinado com os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 58 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632. À promulgação.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682, que dispõe sobre o controle do desmonte de veículos no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, combinado com os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 60 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682. À promulgação.

Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembléia, hoje assistimos, nas galerias deste Plenário, à manifestação da cidadania. Assistimos aqui à manifestação de servidores públicos que, há muito tempo, vêm lutando por seus direitos. Certamente, a Assembléia de Minas deu uma resposta aos grandes anseios dos servidores, dando fim à angústia que estava atravessada na garganta dos servidores do Poder Judiciário. Os Oficiais de Justiça, os Técnicos e os Auxiliares em geral obtiveram aqui uma grande vitória com a votação desse veto e dos quatro artigos que lhes interessavam. Fico feliz porque os votos de 62 Deputados, incluindo-se o de V. Exa., foram computados de modo a derrubar o veto, conforme solicitado pelo Tribunal de Justiça ao Governador do Estado. Parabéns às Deputadas e aos Deputados desta Casa, que, em um momento ímpar nesta Casa, sensibilizaram-se diante das manifestações espontâneas dos servidores do Judiciário. Isso certamente encheu nossos corações de alegria e trouxe-nos satisfação em exercer o mandato em nome do povo, para o povo e em defesa do povo. Fico feliz, Sr. Presidente, ao saber que pude contar com o apoio de 61 parlamentares desta Casa. Fui autor das quatro emendas que provocaram os vetos, que agora foram derrubados. Parabéns ao Parlamento! Parabéns a todos os Deputados e a todas as Deputadas! Parabéns aos servidores, pois, nesta noite, esse fato entrará para a história do Poder Judiciário.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, serei breve. Creio que, nesta noite, estive nas galerias uma pequena parte dos servidores da Justiça. Durante várias semanas, eles marcaram presença nesta Casa, onde representaram um grande contingente de servidores da Justiça. Creio que, nesta noite, esses servidores vão dormir mais tranquilos. Fico feliz em fazer parte desta legislatura e de ver, na noite desta memorável terça-feira, que esta Casa cumpriu o seu papel constitucional e produziu justiça em favor daqueles que aqui buscavam que se fizesse justiça. Sr. Presidente, assim como eles, creio que também dormirei mais tranquilo, por ter ajudado a fazer justiça nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, serei breve. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o conjunto dos servidores, os sindicatos, na pessoa da Sandra e do Rui, e, principalmente, a mobilização dos servidores, que há muitos meses fazem um trabalho de conscientização em relação aos problemas que são vivenciados pela categoria. E, graças a essa mobilização e à sensibilidade dos Deputados, foi possível derrubar vários artigos do veto do Governador. É muito difícil derrubar veto nesta Casa. A mobilização de vocês foi fundamental para isso e para fazer justiça a uma das categorias mais importantes do nosso Estado. Sem os servidores da Justiça, sem os Oficiais, não há possibilidade de se fazer justiça. Os servidores cumprem um papel fundamental, principalmente para aqueles que mais precisam do Poder Judiciário, que são as pessoas mais humildes. Os servidores do Judiciário têm de ser valorizados. O art. 62 foi derrubado por unanimidade, por 62 Deputados desta Casa, o que garante a equivalência dos Oficiais do Judiciário. Foi uma verdadeira batalha dos servidores junto aos Deputados, e vocês saíram vitoriosos. Agora é muito importante destravar a pauta e votar o projeto de reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário. Essa é a próxima luta. Tenho certeza de que, da mesma maneira que vocês saíram vitoriosos em relação à derrubada desse veto, sairão vitoriosos no processo de negociação, de discussão e de votação do projeto para garantir o reajuste dos servidores do Judiciário. Sr. Presidente, parabéns os Deputados desta Casa, de modo especial os servidores e os sindicatos aqui representados. Parabéns. Continuem a luta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, esta Casa assistiu, nesta noite, a uma votação histórica, fruto do poder de mobilização do servidor público e dos seus sindicatos. Os Oficiais de Justiça estão de parabéns, porque, durante o último mês, estiveram aqui, dia e noite, discutindo com os parlamentares a garantia da derrubada do veto, restabelecendo o que era de justiça, para garantir que a carreira do Oficial de Justiça exija o curso superior de Direito e para restabelecer também o direito de participar do concurso na magistratura e a isonomia. Os servidores públicos, os Oficiais de Justiça e seus sindicatos deram um grande exemplo para o servidor público de Minas Gerais com essa organização, com essa mobilização. Vimos que, com a unidade dos servidores públicos, é possível avançar mais. A Casa e os parlamentares fizeram o seu papel, mas a luta não pára aqui. É fundamental darmos continuidade a esse trabalho para conquistarmos o reajuste. Quando o servidor público é bem remunerado, garante-se, sem dúvida nenhuma, uma melhor condição de trabalho e de prestação jurisdicional. Queremos também, Sr. Presidente, aproveitar a presença dos Oficiais de Justiça e do seu sindicato para dizer que também precisamos garantir, no interior deste Estado, a implementação das comarcas e as melhores condições físicas dos prédios dos fóruns no interior de Minas Gerais. O Presidente do Tribunal de Justiça suspendeu a construção da obra faraônica do novo prédio do Tribunal de Justiça. Esse foi um passo importante e, agora, precisa reverter na implementação das comarcas do interior e na melhoria das condições de trabalho. Comarcas como Betim e Contagem, por exemplo, precisam, sem dúvida nenhuma, de ter novos fóruns, de ter melhores condições de trabalho para os Oficiais de Justiça, para os Juizes, para os advogados e para receber o jurisdicionado e a população. Essa luta para a implementação das comarcas e para a construção de fóruns das comarcas que hoje funcionam em situação precária é de fundamental importância. Parabênzinhos os servidores públicos por essa importante mobilização. Faço também um registro importante: hoje foi derrubado também o veto, e se restabeleceu a necessidade de se fazer sabatina pública com os Conselheiros Estaduais de Educação. Todos os indicados para o Conselho Estadual de Educação em primeiro mandato ou em recondução têm que passar pela sabatina da Assembléia Legislativa. Essa história de o Conselheiro de Educação ser indicado e entrar para o Conselho sem sabatina dá impressão de que entrou pelas portas dos fundos. Pelo princípio da publicidade e pelo princípio republicano, esta Casa Legislativa tem que continuar exercendo o controle público das indicações e, assim, sabatar todos os indicados pelo Executivo. Ao derrubar o veto e restabelecer a sabatina pública dos indicados para o Conselho Estadual de Educação, esta Assembléia Legislativa também cumpriu um papel importante e manteve um direito fundamental. Lutamos por isso e conquistamos. Estamos de parabéns. Parabênzinhos o trabalho feito pelos Oficiais de Justiça.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, entendo que a mobilização dos funcionários valeu em todo esse trabalho. Vejo que nada melhor que discutir, que negociar, que mostrar, que ceder de um lado e conquistar de outro. Isso foi o que vimos durante esses meses. Há muito tempo não víamos esta Casa e as galerias aplaudindo Deputados. Nos 16 anos em que estamos nesta Casa, nos nossos 4 mandatos, posso afirmar que, há muito tempo, não víamos a galeria satisfeita e aplaudindo Deputados. Em grandes votações nesta Casa, em que houve embates com o funcionalismo público, já recebemos moedinhas e vaias. Hoje, pelo menos, mostramos que a independência do Poder Legislativo existiu. Mas existiu porque houve mobilização dos funcionários públicos. O governo cedeu em parte; os funcionários também cederam, e houve essa negociação e essa química que conseguimos hoje. Não adianta falar que conseguiremos aprovar um aumento faraônico, que faremos isso, que construiremos um prédio para aplicar nisso ou naquilo. Temos que ser realistas. A partir de agora, os funcionários entenderam que essa é a realidade. Temos, sim, que continuar discutindo os projetos que estão nesta Casa. O sindicato tem que discutir com seriedade. Não é deixar que um Deputado jogue com a platéia dizendo que faremos isso ou aquilo. Penso que cabe aos sindicatos, ao funcionalismo público discutir e tentar a negociação com o governo do Estado da melhor forma possível. Não é porque saímos daqui hoje com uma vitória, que teremos outra num projeto que brevemente será votado nesta Casa. Não é por aí. Tivemos essa vitória hoje e vamos tentar conseguir outra posteriormente, com muita negociação, com muita conversa, cedendo. Não deixemos ninguém tentar jogar para a platéia; continuemos, senhores funcionários e senhoras, nessa mobilização ordeira, que mostrou, acima de tudo, que em Minas Gerais há condição de conversar e de sermos exemplo para todo o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, na mesma linha quero declarar a alegria de vermos essa vitória de todos os servidores e de um ambiente democrático. A derrubada do veto se deu num processo de debate, de construção de entendimentos. Tive a oportunidade de testemunhar isso desde o início. Nesta minha fala, quero cumprimentar não apenas os servidores, mas também as suas instituições. Recebi aqui em Belo Horizonte, no meu gabinete, e em Divinópolis, a representação dos servidores por meio das entidades de classe Amojus, Sindojus e Serjusmig, que representam os servidores do Judiciário, sempre trazendo um debate sério, respeitoso, entendendo que ambiente democrático é isso. Aí a vitória veio de forma unânime, a Oposição e a base de governo dialogaram, e se construiu o entendimento. Isso fortalece a categoria, e por uma causa justa. É bom lembrar também que essas emendas, que eram objeto de veto - o veto - foi derrubado por todos nós hoje -, foram construídas a partir de sugestões das senhoras e dos senhores servidores. Foram os servidores que trouxeram sugestões a esta Casa. Participando da Comissão de Administração Pública no 1º e 2º turnos, tive a oportunidade de debater com vocês a importância de os Oficiais de Justiça terem nível superior, já que o papel que desempenham no processo judiciário é extremamente importante, e esse é um passo decisivo para que haja uma remuneração mais justa. Portanto, é uma conquista histórica, mas também contribui para consolidar a democracia nesta Casa. Os debates são calorosos; em alguns momentos, alguns até se excedem, mas a verdade é que aqui é a casa do povo e, com certeza, a casa dos servidores públicos. Então, que tenham essa liberdade de vir, de se manifestar e de conquistar avanços importantes como esse que conquistaram hoje. Tivemos muita alegria de votar, e vocês foram compreensivos. Houve momentos em que, talvez, não conseguíssemos nem o quórum de votos "não"; poderia haver o quórum de presença, mas derrotaríamos a intenção de vocês. No entanto, com paciência, com diálogo, construiu-se esse quórum fantástico de 62 Deputados presentes e de 62 Deputados votando com os servidores públicos. A minha alegria também, Presidente, é que, nesta noite, ao se definir a questão do veto, vemos que o projeto de reestruturação do Judiciário parte efetivamente para a sua colocação em prática. Fizemos a emenda criando entrância especial em Divinópolis e São João del-Rei, obviamente com os demais colegas Deputados, já que ninguém faz nada aqui sozinho; no máximo, uma bravata. Esta é a casa da democracia, então é preciso construir maioria pelo diálogo, pelo entendimento. Mas, com os demais colegas, conseguimos avanços importantes: entrâncias especiais em cidades como Divinópolis, São João del-Rei, Varginha e outras, o que melhora a estrutura do Judiciário em todo o interior de Minas. E queremos isso: um Judiciário forte para que a democracia realmente funcione e haja justiça, como foi feita aqui hoje. Parabéns aos servidores e - óbvio - parabéns à democracia, porque justiça foi feita.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos falar neste momento em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, bem como dizer da nossa alegria com este momento, com a vitória dos servidores e parabenizar os que ainda se encontram aqui no Plenário, pela persistência, pela mobilização e pela paciência. Vocês ficaram aqui mais de um mês acompanhando o trabalho da Assembléia. Houve uma obstrução longa, mas o resultado final está à altura do esforço e da capacidade de organização e de mobilização dos servidores de Minas Gerais. Gostaria, também, Sr. Presidente, de dizer da nossa satisfação com este momento e desejar que a Assembléia de Minas possa recuperar o seu papel institucional de ser, efetivamente, o espaço de discussão das grandes questões que interessam ao povo do nosso Estado, de ser absolutamente permeável, aberta para acolher os interesses de todos os mineiros, dos servidores de maneira especial. Que possamos trazer as grandes questões que interessam a nossa sociedade para cá, que os Deputados possam posicionar-se como hoje, com muita liberdade, com autonomia, respondendo aos reclamos da nossa sociedade. Saudamos também a abertura da pauta para que possamos, neste final de ano, apreciar os inúmeros projetos que estão prontos para serem votados. Desejamos, acima de tudo, que o Poder Judiciário de Minas Gerais possa continuar avançando e melhorando. Saúdo também a iniciativa do Presidente Lula de solicitar proposta para rever o conjunto da atuação do Poder Judiciário em nosso país. Temos ainda muitas questões para serem resolvidas e superadas. Há muitas injustiças e uma proteção muito grande por parte de muitos cartórios em Minas Gerais e no Brasil. Esperamos participar desse processo para melhorar a vida do povo de Minas e do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta também a sua satisfação pessoal e da Mesa Diretora desta Casa aos servidores públicos que participaram, democraticamente, dessa verdadeira marcha cívica ao longo desse período todo, que entenderam, pacientemente, os momentos de obstrução legítimos dos partidos nesta Casa. Quero dizer ao Deputado Almir Paraca que a Casa não tem de recuperar o espaço para os servidores. Durante os 10 anos que estou aqui, o servidor e o povo têm todo acesso e espaço para discutir os seus interesses aqui na Casa. A Mesa também disponibiliza aos Deputados e às Comissões estrutura para irem às cidades e às localidades onde são necessárias as reuniões e os debates. Parabênzinhos vocês por essa grande conquista. Fico feliz de ver vencer, mais uma vez, a justiça no Estado de Minas Gerais. Parabênzinhos pela mobilização e pelo trabalho de vocês.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 12, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Gilberto Abramo; aprovação - Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; aprovação - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento de votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007; renovação da votação; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008; encerramento da discussão; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008; questão de ordem; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Neider Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Com alegria, registramos a presença de 60 alunos do curso de Administração da Faculdade Pitágoras, de Betim. Tenham todos uma boa estada em nossa Assembléia.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 112 e às Proposições de Lei nºs 18.632 e 18.682, apreciadas na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 28/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.164/2008 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.523/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.050/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.219/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.220/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.455/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências, especifica ações de amparo ao idoso na área da educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão do Trabalho.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 327/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, levantamos alguns questionamentos sobre o projeto em discussão, mas o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, se comprometeu a apresentar informações, no processo de discussão, à Comissão, uma vez que o projeto recebe emendas e voltará à discussão no Plenário. Retiro minha solicitação de discussão, esperando as informações do Deputado Mauri Torres.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto ora em discussão deveria ser melhor analisado por esta Casa. Chamo a atenção de todos os parlamentares para perderem 5 minutos e lê-lo. Devagar, estamos privatizando a Copasa. O governo do Estado insiste em privatizá-la, em vendê-la, como está fazendo com a Cemig, criando várias empresas. A Cemig passa a ser sócia minoritária, e os sócios que assumem o controle da empresa passam a ser seus donos. Votamos a Emenda à Constituição nº 5, que diz que, para privatizar a Cemig, é necessário um referendo da população mineira. Entretanto, os sábios, as cabeças pensantes do poder econômico, da ditadura econômica que se implantou em Minas Gerais, estão achando saídas para ficar com a Cemig e com a Copasa sem ter que ouvir a sociedade. Da forma que estamos votando, Sr. Presidente, teremos apenas as siglas Copasa e Cemig. O patrimônio da Cemig e o da Copasa, a instituição Copasa como operadora do serviço de saneamento e fornecimento de água estão sendo dilapidados. Quando criaram a Copanor, fui o único a criticar, porque não existe empresa que não tem como sobreviver, só dá prejuízo. A Copanor é interessante? Talvez, se for dentro da filosofia de atendimento à população mais carente, da filosofia de socialização da Copasa. O projeto é até interessante. Porém, a forma como está sendo colocada é apenas para oferecer oportunidade de negócios para os sócios que hoje compraram as ações da Cemig. Essa é a minha preocupação. Gostaria que os Srs. Deputados olhassem essa lei. Infelizmente, em geral nos ocupamos apenas do que nos interessa. Também costumamos agir assim. Esse projeto da Copasa está sendo acompanhado e encaminhado há mais tempo. Estamos vendo as coisas acontecerem e não tomamos atitude. Deixamos que tudo aconteça. Cria-se uma Copasa aqui, uma Copasinha ali. Estamos vendo que a Copasa passou a ter dificuldades para investir. Ela não está cumprindo seu cronograma há muito tempo, embora divulgue o oposto, pois diz estar fazendo licitações, atendendo não-sei-quê. Nada disso está acontecendo, a não ser quando chega dinheiro de fora. Sabemos que o mundo, o Brasil e o próprio Estado de Minas Gerais vão passar por dificuldades dada a crise mundial. Essa crise é instalada pelos grupos financeiros que continuam explorando todo o mundo na ganância de ganhar e ganhar mais dinheiro. Os EUA sempre fizeram isso. Esse país sempre manteve aquela autonomia que acreditamos ser dos americanos - a autonomia financeira e econômica -, da maior potência do mundo, às custas da pobreza do resto do mundo. O déficit americano é de US\$1.000.000.000.000,00, e nós o financiamos. Quando ele emite a moeda e divide para todos nós,

comparamos US\$10,00, US\$20,00, US\$50,00. Existe aquela história de que o brasileiro precisa ter pelo menos US\$1,00 no bolso. Esse US\$1,00 que você tem no bolso se destina a financiar a corrupção americana, está financiando o déficit americano para matar no Iraque, no Afeganistão, no Vietnã e também matar de pobreza o povo brasileiro. Eles não deixam que o Brasil cresça, porque financiamos o déficit americano.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, porque essa discussão precisa ser feita com quórum. Não temos quórum. Na parte da tarde, continuaremos a discussão desse importante projeto. Sei que já existem emendas, que ele voltará para a Comissão. Chamo a atenção dos Deputados para que possamos perder um pouco de tempo e fazer uma análise mais profunda desse projeto.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/10/2008

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e João Leite (substituindo este ao Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Luis Carlos Filho, Presidente da Associação Brasileira do Alumínio, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 27/9/2008. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.709/2008, em turno único (Deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.627 e 2.709/2008 (relator: Deputado Vanderlei Miranda), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimentos nº 2.909/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Vanderlei Miranda em que solicita reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.789/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Ademir Lucas - Eros Biondini.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/10/2008

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o excesso de líquido encontrado nos frangos congelados e produtos similares. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antônio Arantes Pereira, Fiscal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; José Luiz Foureaux e Ângela Maria da Cruz Araújo Cadete, respectivamente, Diretor de Metrologia Legal e Gerente de Produtos Pré-Medidos do Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais - Ipem-MG, representando o Sr. Tadeu José Mendonça, Diretor-Geral do Ipem-MG; Antônio de Souza Filho, Médico Veterinário, Fiscal Agropecuário da Coordenadoria de Inspeção de Produto de Origem Animal; Gilberto Dias de Souza, Assessor Jurídico do Procon Assembléia; Tarcísio Franco do Amaral, Presidente da Associação dos Avicultores de Minas Gerais - Avimig; Antônio Carlos Vasconcelos da Costa e Marília Marta Ferreira, respectivamente, Diretor Financeiro e Superintendente da Avimig; Carlos Rivelli, Diretor da Avimig; Airton Gomes Salim e Érica Fonseca, respectivamente, Presidente e Superintendente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Belo Horizonte - Sincovaga; Wagner Luiz Moreira dos Santos, Professor da Escola de Veterinária da UFMG e médico veterinário do Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produto de Origem Animal; Eustáquio Norberto de Almeida, advogado da Fecomércio; Maria do Céu Paixão Kupidowski, Coordenadora Executiva Institucional do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Délio Malheiros tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (4) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater o projeto de lei federal que dispõe sobre a cobrança diferenciada nas vendas com cartão de crédito em relação ao preço a vista; discutir a resolução da Agência Nacional de Saúde - ANS - que contempla a portabilidade dos planos de saúde; debater a criação do Cadastro de Informações dos Estudantes Brasileiros - Cineb - e debater o monopólio de fabricantes de matéria-prima necessária para a fabricação de adubos e fertilizantes no País, especialmente o NPK; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática para debater, em audiência pública, a criação do Cineb, com o objetivo de identificar nacionalmente os devedores crônicos e o histórico da emissão de cheques sem fundos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2008.

Célio Moreira, Presidente - Antônio Júlio - Fábio Avelar - Domingos Sávio - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 18.682, EM 5/11/2008

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Delvito Alves, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues, membros da

supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Delvito Alves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682 (relator: Deputado Delvito Alves). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Delvito Alves, Presidente - Lafayette de Andrada - Sargento Rodrigues.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2008

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Chico Uejo (substituindo este à Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues, Carlin Moura e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 1.874/2007, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica - conhecidas como "raves" -, ou eventos semelhantes no Estado e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.553/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça), 2.631/2008 (Deputada Rosângela Reis), 2.802/2008 (Deputada Gláucia Brandão) e 2.813/2008 (Deputado Dimas Fabiano), em turno único. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Estado de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e Juventude; Cel. Cláudio Vinício Serra Teixeira, Comandante Operacional do CBMMG; Aluísio Andrade de Freitas, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas, Ana Regina Machado, Conselheira Municipal Antidrogas, representando Anthero Drummond Júnior, Presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Belo Horizonte; Leonardo Castro, Vice-Presidente da ONG Viva BH Viva; José Lúcio Mendes - Diretor da ABEOC e Vice-Presidente do Sindipron, e Geraldo Toledo, Delegado da Polícia Civil e Prof. da PUC Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Rosângela Reis.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/11/2008

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM) e os Deputados Sargento Rodrigues e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Paulo Cesar, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a possibilidade de ampliação do prazo de moradia para os servidores da área de segurança pública que vivem em casas funcionais cedidas pelo Estado e a respeito de ameaças que vêm sofrendo em razão de suas atividades. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.809/2008, em turno único, para a qual designou o relator o Deputado Sargento Rodrigues. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ten. Cel. Sérgio de Aguiar Baiense, Chefe do Centro de Promoção Social da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Vagner Vidal, Delegado de Polícia Nível Especial, Diretor de Recursos Humanos, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Denilson Martins, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindipol-MG, representando Antônio Marcos Pereira, Presidente; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra; Naila Marcela Nery Ferrari, membro do Grupo Coordenador do Lares Gerais - Segurança Pública, representando André Victor dos Santos Barrence, Presidente do Grupo; José Maria Marques, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários - Sindasp -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil, ao Comando do Corpo de Bombeiros e a Subsecretaria de Administração Penitenciária pedidos de informação sobre as providências tomadas para apurar as ameaças de criminosos contra a vida de policiais militares, civis, bombeiros, Agentes Penitenciários e seus familiares; Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues em que solicitam seja agendada visita ao Governador do Estado, ao Vice-Governador e ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, para dar-lhes ciência dos graves problemas tratados nesta audiência pública e efetivar a entrega das notas taquigráficas da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, EM 12/11/2008

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Gil Pereira, Célio Moreira e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final. Registra-se a presença do Deputado Vanderlei Jangrossi. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o relatório final da Comissão (relator: Deputado Gil Pereira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença e a colaboração dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Célio Moreira - Gil Pereira - Gustavo Valadares.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/11/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública

perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública e com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.432/2008, do Deputado Domingos Sávio, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.615/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Jacinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.394/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.833/2008, da Procuradoria-Geral de Justiça; 1.230/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.393/2008, do Governador do Estado; 2.680/2008, do Deputado Braulio Braz; 2.701/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.727/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.772 e 2.788/2008, do Governador do Estado; 2.814/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.847 e 2.848/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.880/2008, dos Deputados Adalclever Lopes e Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.799/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.854/2008, do Deputado Delvito Alves; 2.855/2008, do Deputado Gil Pereira; 2.856/2008, do Deputado Antônio Genaro; 2.860/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.862/2008, do Deputado Braulio Braz; e 2.864/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.017/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.011/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 212/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.721/2008, do Deputado Padre João e Requerimento nº 3.029/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com convidados, as seguintes proposições: o Projeto de Lei nº 124/2007, o Projeto de Lei nº 1.304/2007, do Deputado Délio Malheiros, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007.

Discutir e votar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 18/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 46/2008, do Tribunal de Contas; Projetos de Lei nºs 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.536/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz, e 2.752/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.961/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.987/2008, do Deputado Braulio Braz; 3.004/2008, do Deputado Weliton Prado; 3.007/2008, da Comissão de Segurança Pública, e 3.014/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 18/11/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; dos Projetos de Lei nºs 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica, 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito, 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000, 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências, 2.394/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências, 2.432/2008, do Deputado Domingos Sávio, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóvel que especifica, 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica, 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica, 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica, 2.615/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Jacinto o imóvel que especifica, e 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, para a reunião a ser realizada em 18/11/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a criação do Cadastro de Informações da Educação Brasileira - Cineb - e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.832/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2008.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.774/2008

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social – Neoambiente –, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.774/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social, com sede no Município de Uberlândia, instituição de caráter beneficente, que tem por escopo defender o desenvolvimento sustentável, a preservação e restauração do meio ambiente, bem como apoiar as atividades de segurança pública, defesa social e civil.

Com esse propósito, promove a defesa dos direitos humanos, de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural; estimula o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação vigente e desenvolve ações para a recuperação de áreas degradadas e a proteção da identidade física, social e cultural de agrupamentos urbanos.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.774/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/11/2008

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que, no meu julgamento, deve tornar-se de caráter institucional. A Assembléia deverá passar a tratar essa questão de maneira suprapartidária, mas, necessariamente, precisamos tomar tento ao que vem-se passando em inúmeros Municípios em todas as regiões de Minas Gerais. Quero citar minha cidade natal de Itaúna como exemplo para que as Deputadas e os Deputados tenham a exata noção do que está-se passando em muitos desses Municípios. Na verdade, todos sabemos que a grande maioria dos Municípios de Minas Gerais cresceu, se desenvolveu ao longo de cursos d'água - ribeirões, córregos ou propriamente rios. Trata-se de uma questão natural da nossa colonização, da forma de desenvolvimento implementada no nosso país ao longo dos anos. Na semana passada participei de uma reunião no fórum de Itaúna junto à Promotora do Meio Ambiente, aos representantes do IEF, da Cemig e da Prefeitura e, realmente, saí de lá muito preocupado. Algumas resoluções foram editadas pelo Conama, entre as quais cito, como exemplo, as Resoluções nº 302 e 303, de 20/3/2002. A de nº 303 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente - APPs. A de nº 302 dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de APPs de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Finalmente, a Resolução nº 369, de 28/3/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP. A título de exemplo, vou mencionar a situação em que se encontra o Município de Itaúna, para que vocês tenham a idéia exata do que está-se passando. Existe uma avenida no Município chamada Jove Soares, que corta o Centro da cidade. Essa avenida, assim como acontece em inúmeros Municípios do Estado, acompanha um córrego, chamado Córrego do Sumidouro. Hoje há ali uma avenida que se pode considerar como uma área urbana consolidada, apesar de essas resoluções do Conama só entenderem como áreas urbanas consolidadas regiões onde existam mais de 5 mil habitantes por quilômetro quadrado. Vejam bem o que dispõem as resoluções do Conama: 5 mil habitantes por quilômetro quadrado. Sabemos que em cidade alguma do interior do Estado isso se tornará uma realidade. Isso pode ser uma realidade para cidades como São Paulo, Nova Iorque, Tóquio, Dubai, mas não para cidades do interior do Estado de Minas Gerais. Isso tem impossibilitado a ligação de energia elétrica pela concessionária de energia do Estado. Ou seja, a Cemig não pode fazer a ligação elétrica nas construções dessas áreas dos Municípios porque não tem parecer técnico favorável do IEF. Estou citando esse exemplo da Avenida Jove Soares em Itaúna porque ela exemplifica textualmente o que vem-se passando. Uma pessoa que mora nessa avenida há 30, 40 ou 50 anos - como existem moradores que lá residem por esse tempo -, se quer fazer uma reforma ou derrubar a residência para construir um edifício, passa a não ter possibilidade de fazer a ligação elétrica das novas construções.

Na verdade, o que está acontecendo é o seguinte: o Estado - e quando falo Estado quero-me referir a todos os órgãos do governo em todas as suas instâncias: municipal, estadual e federal - o Estado, de maneira geral, não tem cumprido o seu papel de respeitar a propriedade do indivíduo, do cidadão. Ele tem dificultado a vida do cidadão. Isso mostra taxativamente a ineficiência do Estado brasileiro. Pois existem resoluções, como as que citei aqui, do Conama, que se chocam frontalmente com a realidade que vivemos nos nossos Municípios. Lá estão ligados a iluminação pública municipal, todos os edifícios que já foram construídos, todas as pessoas que moram na região têm direito a energia elétrica. Quem quer construir agora, quem quer derrubar uma casa, construir um edifício gerando emprego e renda, não tem possibilidade de fazer isso. É incrível como uma resolução pode ser tão ridícula pela forma como foi redigida. A palavra é "ridícula", pois não temos outra para exprimir o ridículo do que está textualmente nessas resoluções.

Estou entrando hoje com um requerimento na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa em que solicitamos uma audiência pública para trazer aqui o Secretário de Estado de Meio Ambiente, o Diretor-Geral do IEF, os representantes legais da nossa concessionária de energia elétrica, a Cemig, a fim de encontrarmos uma saída para a situação. O cidadão mineiro, assim como os cidadãos de todos os outros Estados do País, está extremamente prejudicado com essa situação. Em contrapartida, quanto às obras no Município de Betim, as quais foram financiadas - inclusive com o dinheiro do PAC -, nessas avenidas sanitárias realizadas agora, a Cemig pode fazer a ligação. Mas, nas avenidas que já existem há 30, 40, 50 anos, a Cemig se vê impedida de realizar a ligação elétrica para o cidadão comum, para o cidadão que recolhe seus impostos, que está gerando emprego e renda. Essa é uma situação extremamente desagradável. A Casa Legislativa de Minas Gerais precisa tomar uma posição institucional em relação a isso. É impraticável que o IEF, a Cemig e essas resoluções do Conama continuem prejudicando o desenvolvimento do nosso Município. Não existe nenhum passivo ambiental que esteja sendo construído nessa situação. Trata-se de áreas urbanas consolidadas, que têm de ser tratadas como tal. Essa situação divide os cidadãos em dois tipos, o que é impraticável num Estado de Direito. Temos aqueles que podem fazer ligação de energia elétrica e aqueles que não podem, que se vêem cerceados em relação a isso. Então a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como instituição, tem de tomar uma posição definitiva em relação a isso, até mudando a legislação, se for o caso. Daí a preocupação que tenho em requerer essa audiência pública para trazer aqui os representantes legais do IEF, da Cemig e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a fim de pôr um basta nessa situação. Conversei com o Deputado Sávio Souza Cruz, que preside a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e quero contar, Deputado Sávio, com sua compreensão para que possamos realizar essa audiência pública o mais rapidamente possível. Era o que gostaria de trazer ao Plenário desta Casa, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos pelas galerias, servidores da Casa, profissionais da imprensa que fazem a cobertura neste Parlamento, telespectadores da TV Assembléia que acompanham os nossos trabalhos em 300 cidades pelo nosso Estado, o que me traz a esta tribuna é uma preocupação muito grande com uma classe do nosso Estado que está sendo oprimida pelo Decreto nº 44.035, que trata, entre outras coisas, da idade dos carros, que poderão ser usados no transporte de passageiros. O referido decreto foi prorrogado e vence agora dia 31 de dezembro. Ele diz que ônibus, "vans" e veículos usados para o transporte fretado de passageiros não poderão ter mais de 15 anos.

Em primeiro lugar, quero dizer que, para mim, segurança é fundamental. Qualquer carro que transporte passageiros neste Estado, seja fretado, seja de uso particular, deve estar em condições de rodar em nosso Estado oferecendo segurança a seus ocupantes, como também a todos que circulam próximo desse carro, no caso, os que transitam pelas mesmas estradas, ruas e avenidas.

A minha fala aqui tenta sensibilizar o nosso Governador Aécio Neves, que tem feito um trabalho tão brilhante em nosso Estado, referência para o Brasil, colocando o nosso Estado na vanguarda. Esse decreto, na verdade, compromete até essa posição vanguardista do nosso Estado no trato com os profissionais do transporte fretado de passageiros em Minas Gerais. O decreto é cruel, é injusto e precisa ser revisto. Já venho lutando junto à classe desde o ano passado, em reuniões com o Secretário Danilo de Castro. Este ano fiz reuniões novamente para tentarmos

resolver a questão. Neste momento, em várias cidades pelo interior, os companheiros do transporte fretado estão acompanhando este pronunciamento porque ontem, nesta Casa, recebi um grupo que veio de Belo Horizonte, Grande Belo Horizonte e cidades do interior, até da nossa querida Muriaé, terra do nosso companheiro Deputado Braulio Braz. Estavam aqui esses trabalhadores que não querem nada mais nada menos do que o respeito do Estado e a garantia de continuar trabalhando na legalidade. Digo legalidade porque, da forma como o decreto está e como os fiscais do DER estão agindo nas estradas, estão empurrando os trabalhadores do transporte fretado para a informalidade, para a ilegalidade.

Na nossa reunião de ontem, Sr. Presidente, eles listaram alguns pontos que acreditam precisam ser mudados no decreto, por exemplo, a alteração de 15 para 25 anos da permissão para que esses carros continuem rodando. Estão dispostos a submeter-se a uma fiscalização de três em três meses para averiguar a condição do veículo. Então, o problema, para mim, não diz respeito à idade do veículo, Deputado Neider Moreira, mas, sim, à fiscalização.

Pode ocorrer de um veículo com 5 anos de idade estar em piores condições que um de 20, 25 anos. Somente se não houver fiscalização haverá riscos. Que se faça para eles o mesmo que foi feito para o transportador rural. No transporte rural é permitido o uso de veículo de até 25 anos de fabricação. Então, que se estenda a eles a mesma condição.

Há um outro ponto a ressaltar. Considero o decreto injusto e cruel porque ele apenas determina que certos veículos não podem mais rodar, sem apresentar alternativas. Não existe uma linha de crédito à disposição desse microempresário para que substitua o seu ônibus velho por um veículo mais novo. Além disso, ninguém diz o que será feito do seu carro, quem o comprará, quem assumirá seu prejuízo. O veículo tirado de circulação, em razão do limite de 15 anos, não servirá para mais nada, a não ser para ferro-velho. O decreto é cruel e injusto, e não consigo ver na figura do nosso Governador crueldade e injustiça. Aliás, ele prega exatamente o contrário.

Há um outro ponto. Quando o DER autua um transportador legalizado - pasmem, Deputados e Deputadas - por qualquer erro, por menor que seja, no preenchimento da lista de passageiros, como um engano no número de identidade, a multa é de quase R\$500,00. Todavia, o transportador clandestino, se autuado em razão dessa clandestinidade, recebe uma multa de R\$60,00. Assim, o clandestino zomba dos trabalhadores regulamentados ao dizer que é melhor ser marginal, que é melhor trabalhar na ilegalidade, que a multa deles é de apenas R\$60,00, valor que pode ser parcelado em até três vezes; ao passo que o valor da multa do trabalhador regulamentado é de quase R\$500,00, a ser paga em 10 dias, sendo esse também o prazo para dela recorrer. Esse tratamento é totalmente arbitrário, contrário a qualquer princípio.

Há ainda um outro ponto relativo ao transportador do serviço fretado. Imaginemos que um grupo de Deputados desta Casa queira realizar uma viagem e resolva alugar uma "van" regular, legal, que paga seus impostos. O proprietário desse veículo terá de preencher e apresentar um documento com 12 horas de antecedência da viagem. Esses transportadores estão pedindo que esse número de horas seja reduzido para quatro. Se uma viagem é contratada às 17 horas, o veículo só poderá sair 12 horas depois, ou seja, a viagem terá de começar de madrugada. Se o veículo for apanhado fora do horário ajustado no contrato, a multa será de quase R\$500,00. É muita injustiça com quem quer trabalhar, é muita crueldade com aquele que quer pagar seus impostos e trabalhar na legalidade, isso para não dizer que é muita incoerência. Os carros de placa cinza, Deputado Antônio Júlio, circulam sem nenhuma fiscalização e, por isso, estão transportando pessoas, mediante cobrança. Já os veículos de placa vermelha sofrem todo tipo de pressão, de coação e de constrangimento. Seus proprietários são tratados como marginais. Por isso, os transportadores pedem que, para gerar a Autorização de Transporte Fretado - ATF -, esse número de horas seja reduzido para quatro. Meu Deus, isso é tão simples.

Eles pedem, ainda, a possibilidade de se alterarem pelo menos quatro nomes nessa ATF gerada. Ou seja, uma vez a ATF gerada, se um passageiro desistir de viajar, não se pode colocar outro no lugar. Eles pedem que pelo menos permitam que quatro nomes sejam substituídos na ATF. Se três ou quatro pessoas fazem o cancelamento, a viagem começa a dar prejuízo. Eles pagam impostos exorbitantes, estão sob o peso da fiscalização. Creio que o que eles pedem em relação ao Decreto nº 44.035 não é muito, e requer apenas sensibilidade do Governador para alterá-lo. Por duas ou três vezes, eles me disseram: "Vamos fazer uma carreata, Deputado; vamos para a porta do Palácio". Liguei para o Secretário Danilo de Castro e falei: "Secretário, a classe está querendo fazer um movimento. Vamos evitar isso, porque não é bom". Conversei com a classe, que me ouviu e resolveu não fazer o movimento até que se obtenha uma resposta. Ontem liguei para o Secretário Danilo de Castro - o grupo estava reunido, e o coloquei no viva-voz -, e ele me disse que, até o dia 26, teremos uma resposta. No entanto, há um suspense. Que resposta virá? Teremos uma solução ou permaneceremos com o problema? Será que o Papai Noel dos companheiros trabalhadores do transporte fretado em Minas Gerais vai ser tão amargo? Será que eles vão ter de suportar o peso tão injusto do Decreto nº 44.035?

Concedo aparte ao companheiro de bancada e ex-Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda, que faz um discurso da maior importância para essa classe, que é tão sofrida e tão perseguida sem motivos. Esse decreto exige tudo isso. Como bem disse V. Exa., para que serve essa burocracia que se implantou no transporte fretado? Isso é um dos maiores absurdos que podemos ver. Isso acontece muito em nossa cidade, no interior. Quando uma pessoa falece em outro Município, é preciso fretar uma "van". Todavia, se formos seguir o decreto, não será possível fazer esse transporte.

O Deputado Vanderlei Miranda - O defunto precisa marcar hora para morrer.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - O defunto tem de esperar. Temos um problema claro, na prática. No dia 8 de dezembro, em Conceição do Pará, haverá a Festa de Nossa Senhora. Há romarias. Vários ônibus e "vans" ficam em frente à Matriz para fazer o transporte diário de pessoas, como se fossem lotações. Portanto, se o decreto for seguido "a ferro e fogo", não poderão fazer isso. Nesse caso, a população ficará sem o transporte. Não há como saber quem vai ser transportado naquele dia. Várias pessoas vão ao local a pé, com a intenção de voltar de ônibus ou de "van". Penso que o governo precisa ter sensibilidade. Há algo por trás disso; estão protegendo os interesses de alguma categoria.

Esse pronunciamento, Deputado Vanderlei Miranda, é da maior importância. Hoje escutei na imprensa a notícia de que haveria uma grande movimentação. Aliás, é preciso fazê-la mesmo, pois governo e política só funcionam na pressão. O que se quer não tem a mínima lógica. Além disso, não é dada uma justificativa. Por que isso? Por causa da segurança? Esse pronunciamento já foi feito outras vezes e deu resultado: suspenderam o decreto. Aliás, o decreto é tão bom que já foi suspenso umas cinco vezes. E terá de sê-lo outra vez, sob pena de o governo pagar caro por isso. Esses trabalhadores não vão aceitar serem tratados como bandidos, como está acontecendo, principalmente no que se refere à fiscalização feita pelo DER. Portanto, têm de ir para a porta do Palácio, têm de fazer movimento, a fim de sensibilizar o Governador Aécio Neves. Talvez ele não saiba desse grande problema, visto que às vezes há barreiras que impedem o acesso às informações. V. Exa. está de parabéns! Se precisar, conte comigo, a fim de levantarmos essa bandeira juntos.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, para concluir, gostaria de registrar que a categoria quer continuar pagando seus impostos e trabalhando na legalidade. Na verdade, esses trabalhadores estão sendo empurrados para a ilegalidade, mas não querem isso.

O que a classe quer é condições de trabalho e respeito. Acredito que o Governador Aécio Neves se sensibilizará, reverá esse decreto e atenderá ao que a classe busca.

Estamos vendo todos os dias acidentes e mais acidentes no transporte irregular e clandestino. Se queremos trazer para a legalidade o transporte fretado de passageiros do nosso Estado, temos de adequar esse decreto, para que sejam corrigidas as injustiças. No caso, poderemos trazer mais pessoas da informalidade para a formalidade e da ilegalidade para a legalidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, meus caros Deputados e Deputadas, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia e imprensa, estamos aqui utilizando esta tribuna com muita satisfação, especialmente para cumprimentar o corpo docente e todos os alunos da Escola Estadual Doutor Ovídio de Andrade, localizada no Bairro Bom Retiro, no Município de Ipatinga, pelo excelente resultado no Programa de Avaliação de Alfabetização -Proalfa - este ano: obtiveram o 1º lugar entre as 2.450 escolas mineiras que tiveram avaliada a capacidade de leitura, entendimento e escrita de seus alunos de até 8 anos de idade. Apresentei ainda à Comissão de Educação um requerimento para que a escola receba os parabéns desta Casa Legislativa.

Em uma escala com o mínimo de 500 e o máximo de 800 pontos, os alunos que cursam o 3º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Doutor Ovídio de Andrade obtiveram uma média de 719,53 pontos, a maior nota do Estado.

A nota é um dos parâmetros importantes de avaliação de desempenho, por isso o resultado da Escola Estadual Doutor Ovídio de Andrade no Proalfa este ano é motivo de orgulho para todos os que torcem pela melhoria da qualidade da educação. Ele foi resultado de um esforço conjunto da diretoria da escola, professores, alunos e seus familiares no incentivo à leitura.

No início deste ano foi criado o Clube da Leitura. Três vezes por semana, os alunos levam para casa textos para estudar. O material é devolvido à escola junto com uma ficha de avaliação dos pais a respeito do nível da leitura dos filhos.

O formulário preenchido é entregue a uma pedagoga, que acompanha o desempenho do estudante, o que permite a aplicação de um ensino mais direcionado às necessidades de cada um nas salas de aula.

Todos hoje reconhecemos o grande poder da leitura para abrir as mentes e os horizontes, além de melhorar a crítica e a interpretação, capacidades fundamentais para o bom exercício da cidadania e da vida em sociedade. Sabemos que incentivar a leitura na tenra idade contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participantes na constante transformação social. A Escola Estadual Dr. Ovídio de Andrade tem ampliado essas oportunidades também por meio da oferta de aulas de reforço e de muitas atividades extraclasses voltadas para a cultura e a contextualização prática dos ensinamentos teóricos. Como educadora e cidadã do Vale do Aço, estou extremamente orgulhosa do trabalho dessa escola a favor da educação de qualidade e do exemplo que tem dado, de que é possível fazê-lo com práticas simples, esforço e co-responsabilização dos interessados.

Sr. Presidente, gostaria de tratar também de outro assunto. Na semana passada, dia 4, participamos de audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ocasião em que foi discutida a concessão das Rodovias BR-040, Distrito Federal-Juiz de Fora, 936km; BR-381, Belo Horizonte-Governador Valadares, 301km; BR-116, Minas Gerais-Bahia e Minas Gerais-Rio de Janeiro, 816km. A duplicação desse trecho da BR-381 também foi abordada. A Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381 recebeu do DNIT o anteprojeto dessa duplicação, que tinha assegurada no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - uma verba de R\$1.600.000.000,00. Isso tudo nos preocupa, porque não queremos ver essa grande obra ameaçada. A proposta da ANTT é marcar os trechos que ainda não foram ampliados e revitalizá-los, além de colocar as barreiras para os pedágios imediatamente.

Pedimos uma audiência pública nesta Casa para explicar essas duas propostas e escolher a melhor delas, fazendo um trabalho em defesa da qualidade das rodovias de Minas Gerais, a fim de proporcionarmos maior segurança ao transporte, sem nos esquecermos da preservação do meio ambiente. Além disso, muito nos preocupam as famílias que poderão ser deslocadas, bem como a qualidade da aplicação dos recursos.

Estamos preocupados e realmente queremos o melhor projeto para o nosso Estado. Agradeço pela oportunidade. O meu muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos estar sempre lutando em defesa da qualidade das rodovias do nosso Estado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo do nosso Estado. Vou falar sobre dois assuntos importantes e atuais, que merecem reflexão por parte desta Casa, principalmente para os Deputados que atuam no Norte de Minas.

Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a programação do governo federal relativa às estradas federais, isto é, às BRs. Na semana passada eu falava aqui, desta tribuna, sobre o programa que está sendo implantado, ou que vai ser implantado, de concessão das estradas federais, que tem por objetivo a instalação de pedágios em Minas Gerais. Na ocasião, manifestei-me frontalmente contrário a esse programa porque entendo que, primeiro, o governo federal tem de promover a recuperação das nossas estradas para depois, num segundo momento, pensar em privatização, ou seja, na concessão dessas estradas à iniciativa privada para implantar os pedágios e manter uma conservação continuada.

Conversando com o Dr. José Élcio, Diretor do DER, tomamos conhecimento de que se trata de um programa que poderá ser lançado com a aquiescência do governo do Estado, com a coordenação do governo, mas não é isso que vai mudar a minha opinião. No entanto, pelo menos teremos oportunidade de fazer uma discussão maior a respeito desse programa de privatização das nossas estradas porque, se elas forem deixadas da forma como estão, nas mãos do governo federal, com toda sua incapacidade de gerir e recuperar as estradas, a situação se complicará ainda mais. Trata-se de um programa que merece muito uma reflexão maior, merece ser amplamente discutido e debatido. Se o governo do Estado se propôs a isso, também temos de discutir, mas fato é que já surgiu uma luz no fim do túnel.

O governo Aécio Neves deu demonstração de que partiu da retórica, uma vez que está implementando um dos maiores programas de asfaltamento das nossas estradas por meio do Processo e dos "links" estruturantes, que ligam regiões importantes. Podemos perfeitamente abrir um canal de discussão porque da forma como está não pode continuar. As estradas de Minas estão em péssimo estado de conservação. As estradas federais que cortam Minas Gerais caminham num passo muito lento de recuperação, principalmente no Norte do Estado, como é o caso da BR-135 e da BR-367, no Jequitinhonha, que são estradas que desafiaram e continuam desafiando os governos durante tantos e tantos anos.

Então, eu gostaria muito de chamar atenção do governo federal para a necessidade de recuperação das nossas estradas. A BR-135, por exemplo, corta todo o Norte de Minas nas Regiões Sudeste e Nordeste e é o principal meio de ligação das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul com a Região Nordeste. Esse trecho de Itacarambi a Manga iniciou-se há exatos 12 anos e paralisou-se também há 12 anos. Todo ano essa estrada é motivo de anúncios do Ministério dos Transportes, de Deputados Federais, dizendo que vão reiniciá-la, mas ela continua da mesma forma. O segundo trecho, de Manga a Montalvânia, de mais de 70km, isolando cidades importantes como Montalvânia, Miravânia e Juvenília, continua da mesma forma.

Atendendo à solicitação das populações de Januária, Itacarambi, Manga e Montalvânia, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras

Públicas realizará audiência pública na cidade de Manga, com presença dos Drs. José Élcio e Fernando, Superintendente do DNIT, e de Deputados Federais, para sabermos o que existe de verdade na recuperação dessa BR. Fala-se em privatizar uma estrada que ainda não saiu do papel e que, há quase 20 anos, desafia todos nós, causando prejuízo muito grande à população, até mortes. O trecho de Curvelo a Montes Claros é um dos mais perigosos, onde morrem pessoas todos os anos. Essa BR já faz parte do programa de privatização e de instalação de pontos de pedágio, sem sequer haver saído do papel.

Já a BR-367 é a principal ligação entre toda Minas Gerais com o Leste do País, ligando-nos a Porto Seguro, ao litoral baiano, ao Estado da Bahia. Há um trecho de Almenara até Salto da Divisa que nem parece uma BR, pois é apenas uma estradinha sem pavimentação, com pontes estreitas e volume muito grande de veículos. Fizemos contato com o Dr. José Élcio, que nos garantiu que o convênio do DNIT com o Estado vence em 31/12/2008 e após esse vencimento poderá ser aberto novo processo de licitação e essa estrada ainda ser inserida no PAC.

Portanto, quero dizer às populações dos Municípios de Jequitinhonha, Almenara, Jacinto, Salto da Divisa, Rubim e Rio do Prado que, a partir de 31 de dezembro, findando esse contrato, poderemos iniciar um movimento vigoroso para abrir nova licitação e colocar um ponto final nessa história sem fim da BR-367, com intermináveis capítulos.

Outro assunto que traz à tribuna é um convite que desejo fazer aos Prefeitos eleitos do Norte de Minas para estarem presentes em Montes Claros, na próxima quinta-feira, dia 13, para discutir o PPAG, uma revisão do programa que já foi discutido nesta Casa. Por meio desta Assembléia Legislativa, abriremos a possibilidade de uma discussão mais aprofundada. Ainda há pouco eu falava com o jornalista João Carlos sobre a necessidade de a população norte-mineira estar presente, os representantes dos Municípios, Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos e Vereadores para que possamos apresentar propostas. Após as reuniões que aconteceram em Belo Horizonte e em outras cidades, a Casa já está de posse de mais de 400 propostas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

Por sua vez, o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri poderão discutir e apresentar suas propostas para que sejam transformadas em projetos de lei e encaminhadas ao Governador Aécio Neves, para sanção. Tenho absoluta certeza de que essa é a grande oportunidade que temos. Com todo o apoio do Governador Aécio Neves ao Norte de Minas, ao Jequitinhonha e ao Mucuri, ainda há muita coisa a ser feita. De qualquer forma, contamos com a boa-vontade do Governador, que tem demonstrado que vai muito além do discurso, fazendo-se sempre presente nessas regiões com ações governamentais nas áreas da saúde e da educação. Não é à toa que estamos transformando a educação de Minas Gerais, que estava em 10º lugar nessa área quando Aécio assumiu o governo; mas o Estado avançou muito, e hoje Minas Gerais oferece mais um ano para nossos alunos, livros didáticos, reforma das escolas e valorização dos profissionais da educação. Mas ainda temos de apresentar as propostas que serão levadas ao Governador.

Na área da saúde, a Microrregião de Januária reuniu-se conosco na semana passada, e vamos apresentar as propostas da transformação do hospital de Januária em hospital regional; da criação de uma unidade de tratamento intensivo naquela cidade para tratamento dos pacientes renais crônicos, com hemodiálise, que ainda não existe em Januária; e do transporte sanitário de pacientes. Enfim, Januária vai estar presente.

É também a grande chance de apresentarmos propostas para o combate à seca. A região norte-mineira já enfrenta sete meses de seca. Ontem, graças a Deus, começou a chover em Montes Claros e em algumas outras regiões do Norte de Minas. Essas chuvas trazem um pouco de alento à nossa gente, pois em Municípios como Itacambira não havia água para beber; em São João do Paraíso a população está sendo servida por caminhões-pipa. Sabemos que a chuva é uma bênção de Deus, mas o homem tem de fazer a sua parte: temos de construir as nossas barragens e atender à região para que na época da seca, passados sete meses, não vejamos as romarias e as pessoas crentes pedindo a Deus a bênção da chuva. Deus faz a sua parte, mas o homem também tem de fazer a sua, e este é o grande momento para apresentarmos as nossas propostas no PPAG.

Também a Unimontes será alvo de ações, de propostas e de emendas; enfim, ela vai fazer parte do PPAG, pois queremos trazer mais recursos para essa que é a melhor universidade estadual do País. O seu Reitor, o Prof. Paulo César, tem feito um trabalho fantástico, mas é também necessário que esta Casa e o governo do Estado socorram a Unimontes para que ela se expanda para o Mucuri, o Jequitinhonha e o Noroeste de Minas, criando mais câmpus universitários por esse "nortão" afora.

Quanto às nossas estradas, os vínculos estruturantes, temos a Transfranciscana, ligando Pirapora a Ibiaí - trecho já asfaltado -, e Ibiaí a Ponto Chique, São Romão, São Francisco e indo a Pedras de Maria da Cruz, servindo a todo o Vale do São Francisco, maior vale e de mais férteis terras que temos. Essa estrada fará parte do PPAG.

Por último, Sr. Presidente, queremos chamar a atenção para um problema seriíssimo que nos incomoda a todos e que o Governador Aécio Neves tem atacado de frente, com coragem e determinação: a construção de unidades habitacionais, de moradias para que a população viva com dignidade. O governo lançou, então, o Lares Geraes, por meio da Cohab, e queremos que a partir do próximo ano as cidades norte-mineiras também tenham vez nesse programa e que cada Município tenha o seu conjunto habitacional, com 100 ou 80 casas, pois é a dignidade da população que começa com o seu lar. Maior exemplo ocorreu na cidade de Riacho dos Machados, cuja Prefeita, Domingas, em uma ação muito vigorosa, apresentou o projeto, doou o terreno e "correu atrás" da Cemig e da Copasa para construção das redes de energia elétrica e hidráulica, respectivamente; agora, ao final deste ano, o Município de Riacho dos Machados vai inaugurar 96 casas.

É muito importante as pessoas e as autoridades sentirem a alegria da população, do povo, da família, quando recebem a sua casa. O Programa Lares Geraes tem de ser ampliado. Faremos tudo que for possível para apoiar o Governador em seu orçamento, nesta Casa, e destinar à Cohab e à Secretaria do nosso colega Dílzon Melo os recursos necessários para que possamos criar pelo menos um pequeno conjunto habitacional em cada cidade norte-mineira, em cada cidade de Minas Gerais.

Fica aqui o nosso apelo ao governo do Estado para que reforme as nossas estradas antes de apresentar o programa de instalação de pedágios. É um absurdo o que estão querendo fazer. Em especial as BRs-135 e 367, e o ano que vem será eleito o ano de luta por elas. Discutiremos todos esses assuntos no PPAG e, de uma maneira muito especial, com muita ênfase, o dos conjuntos habitacionais. Deve ser criado e instalado pelo menos um pequeno conjunto habitacional em cada Município, a fim de se diminuir o grande déficit habitacional de nosso Estado, que deve estar hoje em milhares de casas. Só em Montes Claros, há hoje um déficit habitacional de 20 mil moradias para a população de baixa renda.

Sr. Presidente, termino dizendo que faz parte dos compromissos e do plano governamental do Prefeito eleito, Luiz Tadeu Leite, um investimento muito grande da Prefeitura, mas também é necessário que o Estado invista em Montes Claros para que possamos construir casas para as famílias montes-clarenses. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, talvez, pela honra do tempo que me foi concedido, 13 minutos, ocuparei a tribuna para falar do 13, o PT, que, nesse final de semana, teve uma reunião importante da sua Executiva Nacional. Na semana passada, houve uma reunião importante da sua Executiva Estadual, no sentido de avaliar a conjuntura, a crise econômica internacional e apontar os desafios políticos para esse período pós-eleitoral.

Início fazendo coro com o órgão máximo deliberativo do PT no Estado, a nossa Executiva Estadual, que adotou uma postura de defesa do partido, de defesa do governo Lula, diante de críticas, a meu ver, improcedentes e até deselegantes, proferidas na semana passada, fugindo ao

feito do governo do Estado. O Governador disse que será perverso para o Brasil mais quatro anos do que está aí: crescimento econômico, programa Bolsa-Família, Luz para Todos, redução da pobreza, justiça social. Queria discordar. Não só eu, como Deputado, mas 80% da população brasileira hoje defendem e aprovam o governo Lula. Sabemos que temos desafios a serem enfrentados, que podemos avançar mais em várias áreas, que enfrentaremos turbulências numa economia globalizada. O Governador disse que é um governo extremamente perdulário. O Deputado Domingos Sávio, com seu brilhantismo, sabe que perdulário, no sentido que o Governador quis atribuir - imagino -, deve ter sido da ganância, do desperdício. Corrigindo, refiro-me ao Deputado Sávio Souza Cruz.

Aliás, o Deputado Domingos Sávio, em pronunciamento feito na semana passada, fez coro com o Governador. Ele falou que o governo criou 80 mil cargos para a "companheirada". Acredito que o Deputado Domingos Sávio quis elogiar a competência dos petistas, porque os 80 mil cargos foram criados por concurso público. Então, se isso foi feito para atender aos petistas, é sinal de que ele elogiou a capacidade dele.

O Deputado Sávio Souza Cruz deve ter imaginado que o Governador quis chamar o Presidente Lula de Presidente da ganância, do desperdício. Sinceramente, gastar recurso público com o Bolsa Família é investir na pessoa; abrir 150 escolas técnicas federais é investir no ser humano; eletrificar 7 milhões de propriedades no Brasil com o Luz para Todos é investir no conforto, na qualidade de vida e na geração de produção econômica no campo.

Será que o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou algum legado de políticas sociais consistentes? Quero dizer que não tenho saudade do governo Fernando Henrique. Se tivéssemos seguido a política econômica do governo Fernando Henrique, o Brasil estaria numa situação de extrema dificuldade para enfrentar a crise econômica atual. O Brasil enfrenta essa atual crise com vigor porque hoje tem uma política calcada no fortalecimento do mercado de consumo interno, com distribuição de renda e com políticas públicas sociais. Daí a sua vitalidade. Repito: não tenho nenhuma saudade do governo Fernando Henrique e não quero o PSDB na Presidência da República. O PT tem de ter candidato próprio à Presidência da República.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Agradeço ao Deputado André Quintão a gentileza da concessão do aparte. Ouvi a entrevista em que o Governador Aécio Neves fala que o Brasil não merece outra administração petista. Fiquei sem entender. Há pouco tempo, ouvi uma declaração do mesmo Governador Aécio Neves que justificava a chamada Aliança Belo Horizonte dizendo que não havia nenhuma diferença importante entre o PT e o PSDB.

Fico imaginando se o Governador também pensa que o Brasil não merece uma administração peessedebista, já que, na visão dele, são tão iguais. Confesso minha dificuldade em entender o raciocínio político administrativo do Governador Aécio Neves.

Cumprimento V. Exa. Ao falar sobre o PT, quero congratular-me com V. Exa. pela vinda de três companheiros seus e destacar o retorno do Deputado Adelmo Carneiro Leão, grande batalhador pela saúde no nosso Estado. Quem sabe questões graves da saúde de Minas que estão sendo desdenhadas por todos nós, que não merecem a cobertura da imprensa, tão tutelada nos dias de hoje, como o avanço dramático da doença de Chagas, tenham mais atenção. O Governador também conseguiu colocar Minas Gerais na vanguarda do crescimento da doença de Chagas. Isso nos preocupa muito.

Solidarizo-me com o nosso companheiro Deputado Roberto Carvalho pela difícil tarefa que terá, pois li nos jornais que cinco Capitais foram consideradas tecnicamente quebradas, entre elas a nossa querida Belo Horizonte, administrada pelo "Bom de Serviço", Prefeito Pimentel.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Aliás, queria dizer que aprovei, nas Comissões de Participação Popular e de Saúde, uma audiência pública para 3 de dezembro próximo, a partir de matérias veiculadas no jornal "Hoje em Dia", para discutir o avanço da doença de Chagas em Minas Gerais. Só no Município de Fruta-de-Leite, Norte de Minas, 50% da população está afetada pela doença de Chagas. Trata-se de um quadro muito preocupante.

Vejo daqui o nosso companheiro e amigo Flávio Leal, de Joaíma. Se a situação continuar assim, chegará lá em Joaíma. Melhor, não chegará lá, porque o Município tem um Prefeito competente, que foi reeleito, mas abra os olhos. Se o governo do Estado não tomar as providências sanitárias, ambientais, educacionais e habitacionais, essa doença pode alastrar-se por toda a região. Então, vamos tomar as medidas que competem à Assembléia.

Sr. Presidente, gostaria de dizer, mais uma vez, que respeito o Governador Aécio Neves. Aliás, houve aqui uma série de audiências do PPAG, em que elogiei alguns projetos, como o para o semi-árido, que está previsto, de convivência com a seca e inclusão produtiva. Acredito que o modelo de planejamento tem avanços. Acredito que a proposta de escolas estaduais, a reforma de escolas rurais, para o próximo ano, é interessante. Fazemos aqui uma oposição respeitosa. Nunca chamei o governo do Estado, por exemplo, de governo omissão, inepto porque tem, na execução orçamentária dos projetos estruturadores, os prioritários, uma média de 43% de execução no fim do ano. Deve haver problema na gestão, na liberação de recursos. Mas acho complicado fazer avaliação política de acordo com o público.

Na campanha eleitoral, Deputado Sávio Souza Cruz, o PT é um bom amigo. Aí quem vale é a aliança. Para a bancada dos Deputados Federais do PSDB, nessa disputa interna com o Serra, "O Lula não; ele é o Presidente da 'companheirada'; temos de varrer essa turma daí". Quando está em uma inauguração, são só elogios; quando está no público interno, só críticas. Sinceramente, temos de ter uma posição. Eu sou Oposição ao governo do Estado, mas reconheço avanços. Considero o Governador um homem talhado para a política, moderno, jeitoso, que tem trânsito, que dialoga. Acredito que o governo do Estado pode ser mais ousado na área social, mas faço essa disputa aqui, no PPAG, dentro do meu Partido, com elegância. Então quero dizer, de maneira nítida, que a direção estadual do PT, que é quem fala pelo Partido, aprovou, por unanimidade, uma nota de repúdio às declarações do Governador; e a direção nacional também, da mesma maneira.

Não vou comentar aqui desmentido do Governador. Comento o que foi publicado pela imprensa. Aliás, parece que foi acertado; é uma estratégia do PSDB, porque o Deputado Domingos Sávio, no mesmo dia, veio a esta tribuna criticar a "companheirada". Essa "companheirada" vai estar de mãos dadas com os tucanos agora, na Prefeitura de Belo Horizonte. Não se pode atacar muito a "companheirada" não, senão dá curto-circuito na Prefeitura, porque vão atuar de mãos dadas. Então como é que se vai fazer com a "companheirada" lá? Vai haver muito choque com a "companheirada" aqui, da PBH. Acho até que V. Exa. tinha de ter cuidado ao se referir à "companheirada", porque a "companheirada" vai estar ao lado da "tucanada". Ou o PSDB não vai querer participar aqui do governo? Ou parece que não, que é só para a "companheirada"?

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - É um prazer, Deputado André Quintão. Agradeço-lhe o aparte que me concede. Observando o pronunciamento de V. Exa., não pode me ocorrer outra referência - e eu o faço de forma muito respeitosa -, para analisar a postura do Governador Aécio Neves em relação ao governo federal, senão fazer - como disse, de forma muito respeitosa - uma comparação, dizendo que, do ponto de vista da análise política, da condição de Oposição respeitosa, de Oposição que contribui, avalio que o Governador Aécio Neves está para o Presidente Lula, do ponto de vista do seu comportamento como homem público, portanto, homem que tem uma linha partidária ideológica, como uma Oposição responsável, séria e que contribui, assim como V. Exa. tem estado para o Governador Aécio Neves, como uma Oposição que contribui, séria, que faz as suas críticas e que com certeza as faz dentro do limite democrático. O Governador Aécio Neves fez críticas ao Presidente Lula, e não foi a primeira vez. Também as fiz nesta tribuna, na semana passada, e também não foi a primeira vez nem certamente será a última, mas sempre o fizemos de forma respeitosa.

O Governador Aécio Neves não se desmentiu, apenas ponderou. E acho que foi de forma muito oportuna porque já estava sendo criada uma tempestade, a ponto de a executiva nacional se reunir para fazer nota de repúdio porque um homem público que é da Oposição e que nunca negou que é da Oposição manifestou publicamente que não concorda com algumas questões do governo federal. E é muito fácil identificar essas questões com as quais não concordamos. Eu disse aqui, por exemplo, que não concordo com o fato de o PT sempre ter proclamado que faria uma verdadeira cruzada contra a corrupção e que, no entanto, essas coisas não aconteceram, foram para debaixo do tapete. Falei que essa história de ficar criando cargo de confiança sistematicamente para abrigar companheiro é uma prática atrasada da política. O Governador Aécio Neves pontuou isso também. Falei que hoje temos problemas pontuais no Brasil. Citei como exemplo o adubo, que dobrou de preço este ano, num primeiro momento, sob a alegação de que era o petróleo que estaria subindo. Depois, quando o petróleo caiu para a metade, o preço do adubo não se reduziu. Então, já concluo dizendo que fizemos algumas críticas pontuais, mas no meu pronunciamento lembrei, e reitero aqui, que nunca deixei de reconhecer os méritos do governo federal. O Governador Aécio Neves diz publicamente que tem uma relação de respeito e parceria com o governo federal, como tenho aqui com o Prefeito Pimentel. Portanto, V. Exa. talvez tenha entendido errado. Usei meu legítimo direito e dever de ser da Oposição, como fez o Governador Aécio Neves. Isso não significa falta de respeito com o Presidente Lula nem um acirramento de posições. Muito obrigado pelo aparte, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Agradeço, mas V. Exa. falou que quem está governando o Brasil, o Presidente Lula - tenho aqui as notas taquigráficas -, não pode ficar o tempo todo no palanque fazendo bravata. O Presidente está fazendo Bolsa Família, está fazendo uma universidade federal no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, o Presidente está fazendo uma universidade federal de medicina em Divinópolis, cidade de V. Exa. Divinópolis, hoje, tem uma faculdade federal de medicina por causa do Presidente Lula. Que bravata é essa? Possibilitar ao estudante de Divinópolis estudar medicina é bravata ou ação de governo? Então, gostaria de dizer que V. Exa. exagerou talvez no calor, ao fazer coro com o Governador. Falou que o PT joga a ética para debaixo do tapete. Queria fazer uma comparação: quantas CPIs foram instaladas no governo Lula e quantas foram instauradas nesta Casa? Quantas tentativas fizemos? Lá é debaixo do tapete e aqui é debaixo do carpete. Qualquer assunto que tentamos apurar, como a aplicação dos recursos na saúde, não prospera.

Sinceramente, deveríamos ter um pouco mais de tranquilidade e de calma. Acho que a Oposição é legítima, mas não sou daqueles que gostam de fazer oposição adjetivada. O Governador fez uma oposição muito adjetivada. Falou que o Presidente Lula está governando "para a companheirada". Quero ver a "companheirada" agora na Prefeitura de Belo Horizonte. Companheirada, fique atenta com os tucanos, porque a tucanada está chegando.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidentes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a minha presença no Plenário hoje é para comunicar a toda a região a visita do Sr. Governador Aécio Neves a Teófilo Otôni, no próximo dia 27, em companhia de seu pai, ex-Deputado Federal por sete vezes, Aécio Ferreira da Cunha, quando a nossa cidade receberá também o Chefe do Ministério Público de Minas Gerais, Jarbas Soares. Num momento interessante, sentimental, será prestada uma homenagem ao ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Finanças de Minas Gerais, Tristão da Cunha, cujo nome será posto no prédio do Ministério Público, recentemente construído, e que será inaugurado naquela data. A importância deste momento supera os aspectos políticos. Na verdade, é um momento emocional, de gratidão não apenas ao Governador Aécio Neves mas ao seu pai, Aécio Ferreira da Cunha, ao seu avô, Tristão da Cunha, e ao seu bisavô, Benjamin da Cunha, originários de Teófilo Otôni.

No início do século XIX, aportou Benjamim da Cunha para construir e dirigir o primeiro educandário daquela cidade, poucos anos após a sua fundação, em 1853, por Theophilo Benedicto Ottoni.

É um instante especial, Sr. Presidente. Registramos, com muito prazer, a visita do Governador, não para inaugurar obras, mas para um momento de reflexão com a família que ao longo desse século teve presença marcante na história política do nosso Estado e do nosso país. Sobre tudo, os nomes do avô, do bisavô e do pai do atual Governador marcam presença muito forte naquela região.

Quero destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que, ao longo desse dois anos de mandato, pelo trabalho que fizemos junto ao governo do Estado e graças ao interesse desse governo, conseguimos investimentos da ordem de R\$138.000.000,00 para nossa Teófilo Otôni. Tivemos o Processo, com obras na estrada que liga Topázio à cidade de Pavão; na estrada que liga a cidade aos Municípios de Frei Gaspar e de Ouro Verde; no recapeamento do asfalto a quente da estrada de Poté, que liga esse Município a Teófilo Otôni, e nas 13 quadras poliesportivas construídas nas escolas estaduais. Houve ampliação e reforma de escolas estaduais, construção de creches com recursos do Servas, verbas outras destinadas a todas as entidades especiais do nosso Município, construção de um presídio moderno, com 298 vagas, que custou mais de R\$13.000.000,00, além de investimentos em infra-estrutura e repasse de recursos.

Somente para o transporte escolar de Teófilo Otôni, pela primeira vez na história, foram investidos mais de R\$1.200.000,00. Somando todos os benefícios, acrescidos de R\$16.000.000,00 colocados à disposição da Prefeitura para o sistema de saúde, no ano passado, mais R\$14.000.000,00 disponibilizados este ano, realmente Teófilo Otôni passou por um período completamente diferenciado, no que tange à participação do governo do Estado em seu processo de desenvolvimento.

Este é o momento, Sr. Presidente, de a cidade agradecer, lembrando Tristão da Cunha, figura expressiva da política mineira e brasileira, sobretudo em razão da presença do ex-Deputado Federal Aécio Ferreira da Cunha. Ele, que foi Deputado Estadual e Federal por sete vezes, que representou nossa região por tanto tempo, é merecedor da homenagem a ser prestada a sua família no próximo dia 27. Está aqui o convite a todas as lideranças da região. No dia 27 estaremos fazendo um preito de gratidão. Lembramos sempre uma frase que usamos em todos os nossos pronunciamentos: "a gratidão é a memória do coração. Só não tem gratidão quem não tem coração".

Nossa cidade de Teófilo Otôni recebe, com prazer e alegria, o chefe do Ministério Público, Sr. Jarbas Soares, numa homenagem especial a Tristão da Cunha. Vários prédios, escolas e ruas da cidade e região já têm seu nome. Todavia, essa homenagem é importante, em razão de ser feita por um órgão do Executivo, o Ministério Público, que a presta num momento muito especial da vida de nosso Município. Será um instante de reflexão a respeito do que se sucederá nos próximos anos, especialmente por causa dos traumas deixados pela última eleição, quando a cidade perdeu a oportunidade de andar para frente.

Estamos todos empenhados em fazer com que as diferenças políticas e as divergências partidárias não se sobreponham aos interesses maiores da nossa cidade. Por isso convidamos todos os Deputados, companheiros, colegas, autoridades do Município e região para, no dia 27, estarem conosco homenageando a família Cunha, a família Neves, por intermédio do nosso ex-Deputado Federal Aécio Ferreira da Cunha e, sobretudo, por meio do nosso Governador, que lá estará acompanhando seu pai, em uma homenagem que se faz aos seus antepassados.

Como diz o João Carlos, está feito o registro, após o qual peço aos senhores que me perdoem estar fazendo um convite muito pessoal, pois se trata de questão muito mais sentimental que política ou econômica.

Em verdade, Teófilo Otôni mostra que a cidade tem alma ao homenagear figuras expressivas, como Tristão da Cunha, para a história de Minas Gerais e do Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro,

telespectadores da TV Assembléia, antes de abordar o tema que me traz a esta tribuna, não poderia deixar de aprofundar a reflexão sobre o ligeiro debate que tive com o nobre colega André Quintão há poucos minutos.

Ao me referir ao nobre colega André Quintão, que aqui se encontra, faço questão de destacar o respeito que lhe tenho, e não o faço como mero gesto de cortesia ou de diplomacia. O Deputado André sabe que isso se tem materializado numa convivência extremamente saudável e, mais que isso, profícua, na medida em que trabalhamos juntos em várias matérias nesta Casa. Naturalmente isso não nos impede de termos divergências e de trazermos para a tribuna ou para as comissões, durante os debates, o nosso pensamento.

O Deputado concluiu seu raciocínio e chegou ao ponto de cobrar do Governador, deste parlamentar ou, como costuma fazer referência, dos tucanos, certa atitude referente a algo que considerou inapropriado: o ato de adjetivar.

É curioso isso; basta um breve olhar sobre toda a história do PT, do qual, conforme sabe o Deputado André Quintão, fui fundador. De forma carinhosa e respeitosa, costumo dizer que evolui para o PSDB, logo em sua fundação, e o fiz de forma bastante convicta. Tanto é que nunca fiquei mudando de um partido para outro. No entanto, nunca deixei de ter respeito pelas Lideranças e demais companheiros do PT. As discordâncias, principalmente as que se referem a métodos de governo e práticas internas partidárias, é que me fizeram optar pela social democracia.

Como estava dizendo, basta fazermos uma breve observação que vai de Vereadores ao Presidente da República, para, a cada dia, encontrarmos, em reportagens, entrevistas e pronunciamentos, Lideranças que, no tratamento cordial com os companheiros ou até em atitudes mais hostis e insistentes, utilizam sua capacidade de adjetivar. É o que ocorre, por exemplo, com o termo "neoliberal" utilizado pelo PT, insistentemente, para fazer referência ao governo Fernando Henrique durante todo o seu mandato. Diante disso, espero que não estejamos inaugurando uma época em que só alguns partidos poderão adjetivar.

Ressalto que sempre adjetivamos de forma muito respeitosa; às vezes, firme e combativa, como, aliás, deve ser feito por quem busca defender suas idéias no campo democrático, procurando fazê-lo de maneira propositiva. Não tenho dúvida de que aplicar dinheiro público para fazer um trabalho de assistência social é uma atitude positiva; é algo bom. Isso não é uma particularidade do Presidente Lula, existe desde a Nova República, desde a época de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, chegando ao governo de Fernando Henrique, cujos programas sociais tiveram um processo de desenvolvimento significativo. Mudou de nome. Ou seja, em um único programa chamado Bolsa-Família, reuniram o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e Bolsa-Alimentação.

Houve crescimento dos investimentos? Houve. Houve crescimento da economia brasileira? Houve. Houve crescimento da receita do País? Houve, sim. Por que houve? Porque antes disso houve uma reorganização da economia brasileira com o Plano Real. Implantado, sim, pelos tucanos.

Mais do que isso, aqui fiz, com clareza, as minhas observações, volto a dizer, sem desconsiderar que todo e qualquer governo tem acertos. E os erros precisam ser apontados pela Oposição. Caso contrário, por que termos Oposição ou democracia? Aliás, é muito comum que o Deputado André Quintão venha a esta tribuna e faça suas críticas ao Governador Aécio Neves, o que sempre recebi com naturalidade. Quando entendi que eram injustas ou não apropriadas, eu as questionei, mas nunca o direito dele de fazê-las.

O que questionei sobre o governo federal não ouvi o Deputado André Quintão nem ninguém do PT explicar. Questionei que estamos deparando com uma crise em que diversos países do mundo já agem para ter atitudes de defesa do seu povo e da sua economia.

O Presidente Lula, que uma hora dessas deve estar na Itália, talvez orando com o Papa, que ore por todos nós. Mas não bastam as orações. Precisamos de atitudes concretas. Eu dizia que este ano o adubo mais do que dobrou de preço em um processo de cartel das indústrias do adubo, que é diretamente ligado ao petróleo. O governo federal tem mecanismos, sim, de interferir no controle que há dessas "commodities", como o próprio petróleo, interferir quando é feito abusivamente contra o povo. Havia alegação de que o preço do petróleo estava subindo muito, por isso o adubo estaria subindo sistematicamente. Agora, o petróleo caiu pela metade, mas não diminuiu um centavo do adubo. Aleguei que a safra diminuiria porque o produtor não tinha dinheiro para comprar adubo, de tão caro que ficou. Mesmo que compre o adubo, ele tomará prejuízo porque não conseguirá cobrir com a receita da colheita toda a despesa.

Eu dizia que o governo federal tem de ter uma política para proteger esse produtor rural. Eu dizia que o produtor de leite, que se organizou, melhorou a produção nacional e hoje produz leite suficiente para que todos os brasileiros tenham acesso a esse alimento essencial e que ainda sobre leite para exportar, de repente esse produtor de leite depara com as multinacionais e até com grandes empresas nacionais importando leite em pó e soro em pó para reidratar e jogar no mercado, fazendo com que, com uma superoferta, abaixe o preço do leite para o produtor, que caiu de R\$0,90 para menos de R\$0,50, levando esse produtor à falência.

Eu cobrava uma atitude do governo federal para que esse produtor não fosse levado à falência. Eu questionava, por exemplo, que foram anunciados alguns milhões de reais para emendas para Minas Gerais. No entanto, os jornais anunciaram que até o mês passado apenas 25% dessas emendas haviam efetivamente chegado a Minas Gerais. Fiz essas indagações, que não obtiveram respostas, mas, sim, o fato de que este Deputado fez coro ao Governador Aécio Neves criticando o governo federal, adjetivando o governo federal.

Quero deixar bem claro que em momento algum ignoro que o Presidente Lula e o governo federal têm seus méritos. Eu mesmo já elogiei desta tribuna a iniciativa do governo federal de, em parceria com a Prefeitura de Divinópolis, viabilizar a implantação de uma unidade da Universidade de São João del-Rei em Divinópolis. Tanto que eu, como Deputado Estadual, ainda este ano viabilizei uma emenda de R\$500.000,00 para essa mesma universidade federal poder ter seus laboratórios para aulas práticas. Recentemente, os laboratórios foram inaugurados.

Não nego o mérito àquilo que é meritório, mas é meu dever alertar que há coisas erradas que precisam ser corrigidas.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Gostaria de falar exatamente sobre o que V. Exa. disse em relação à parceria do governo federal com o governo estadual e os meios de comunicação. Minas tem avançado.

Este Deputado acaba de protocolar um projeto de lei que altera a área da Estação Ecológica do Cercadinho, criada pela Lei nº 15.979, de 13/12/2006. Aliás, retiramos de tramitação outro projeto que ampliava essa área, para dar maior celeridade e atender a alça tão sonhada pelo belo-horizontino. Propomos a exclusão da área que se refere ao art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/12/2006, e a área ocupada pela BR-356 e pela MG-030, com suas áreas de domínio, sendo necessária a execução das obras de ligação entre as duas rodovias. Querido Deputado Domingos Sávio, no parágrafo único, fica vedada a aprovação de novo empreendimento privado na faixa de 1km. Não adianta fazer a alça e depois, com o avanço das construções na região de Nova Lima, ela ficar saturada. Sendo assim, propomos a largura de 1km, contando a partir do eixo de ligação entre as rodovias mencionadas, nos dois lados, pelo período de cinco anos a contar da data de implementação do disposto na lei.

Agradeço a V. Exa. mais uma vez. O PMDB é grande parceiro nessa empreitada para construir a alça e, com esse novo projeto, ajudará a

beneficiar não somente Nova Lima, mas também toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Deputado Domingos Sávio* - Pois não, Deputado Adalcleber Lopes. Gostaria de concluir meu raciocínio dizendo que esse é o grande papel do Parlamento, entre outros, é claro, como legislar, fiscalizar e representar a população. Devemos fazer o enfrentamento dos problemas e trazer a voz do povo, a voz das ruas para questionar os governos municipais, através das Câmaras, os governos estaduais e federais, através das Assembleias e da Câmara dos Deputados, buscando, dessa forma, a solução dos problemas.

Vendo aqui os Deputados Antônio Carlos Arantes e Vanderlei Jangrossi, manifesto o sentimento de que temos, sim, de cobrar algumas ações do governo federal. Reporto-me de forma mais pontual às questões que envolvem os produtores rurais, a atividade agrícola e, conseqüentemente, os cidadãos que vivem na cidade e dependem do alimento para sobreviver e aqueles que dependem do alimento para garantir o seu sustento e a sua renda familiar. Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio para que o País continue crescendo, tenha alimento adequado para todos e haja respeito para quem trabalha no campo.

Agradeço ao Deputado Vanderlei Jangrossi, que marcou uma audiência pública para o próximo dia 25, ocasião em que esperamos receber os Presidentes de sindicatos rurais, os produtores rurais, os representantes de cooperativas, para debater a situação aflitiva do produtor de leite e outros problemas que afetam o produtor. Acredito que devemos tomar algumas medidas aqui mesmo no Estado. Um exemplo é o projeto de minha autoria, para o qual conto com o apoio de todos os senhores. Ele melhora um pouco a questão do ICMS do leite - não resolve tudo, porque os problemas não residem numa única atitude. A proposta melhora a forma com que o produtor rural e a indústria de laticínios são tratados no que diz respeito ao crédito de ICMS do leite, que está precisando de uma adequação. O que foi devidamente tratado na Secretaria de Fazenda é apenas uma melhor leitura disso, de forma a trazer repercussões para o setor.

Esperamos que, com essa audiência pública, possamos debater o assunto e tomar decisões, além de trabalharmos juntos, o PSDB, o DEM, o PSC, o PT, o PCdoB, enfim os demais partidos. Temos divergência de opinião, mas também temos objetivos em comum.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Agradeço o aparte, nobre Deputado. Acabamos de aprovar, mais uma vez, porque já tínhamos determinado que no dia 25 faríamos essa reunião, que será muito importante. Fizemos um convite à Comissão de Defesa do Consumidor para que esteja presente, já que o consumidor também está sendo muito afetado, por pagar um alto preço.

Na sexta-feira, estivemos em Pompéu com os Deputados Antônio Carlos Arantes e Antônio Júlio e cerca de 8 mil produtores, e vimos que a situação desses produtores não é muito favorável. No ano passado referidos produtores recebiam, por litro de leite, cerca de R\$0,80 a R\$1,00, então eles estavam numa situação um pouco mais cômoda. No entanto, foi uma situação atípica, ocorrida no ano passado. Mas, neste ano, eles estão pagando para trabalhar, porque o custo de produção do litro de leite chega em torno de R\$0,70, e eles estão recebendo de R\$0,40 a R\$0,50, que é um preço injusto, por isso estão reivindicando, pelo menos, um preço justo que lhes dê condições de manter a sua produção.

Com certeza, no dia 25 estaremos juntos. Como V. Exa. falou, essa não é uma bandeira sua nem minha, mas de todos nós, de todos os partidos, porque quem está sofrendo com isso é o produtor do nosso Estado. Temos pago um preço muito alto, mas, com a união de todos, vamos conseguir traçar uma solução.

Dessa forma, peço a todos os que foram convidados, principalmente o pessoal da Tetra Pak, que enviem representantes para discutir e trazer soluções para esse problema que estamos enfrentando no momento.

O Deputado Domingos Sávio* - Concluindo, gostaria apenas de aproveitar a oportunidade para fazer um apelo a V. Exa., à Mesa, ao Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e aos demais colegas, para colocarmos na pauta e votarmos um projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 1.177/2007, que cria o Dia da Liberdade e estabelece uma homenagem a Tiradentes no dia 12 de novembro, que é o dia que consta nos anais da história de São João del-Rei, o registro de nascimento de Tiradentes. Sempre se proclama e se comemora a morte de Tiradentes, sem dúvida uma data referencial na nossa história, pela sua luta e pela sua condição de mártir da liberdade e da Inconfidência Mineira, porém o seu nascimento é uma data-símbolo e especial para o povo de São João del-Rei.

Na Fazenda do Pombal, antigo Município de São João del-Rei e hoje Município de Ritópolis, e em todas aquelas cercanias paira esse sentimento de liberdade, que é referência para o povo mineiro e brasileiro. Esse projeto tem não apenas o propósito de registrar em Minas essa data de civismo, como o Dia da Liberdade, o dia 12 de novembro, mas também o propósito de registrarmos a importância histórica de São João del-Rei, que já foi a Capital de todos os mineiros e o berço da história e da cultura. Esse projeto foi profundamente debatido dentro do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei e dentro da Academia de Letras de São João del-Rei. Foi a sociedade, o povo de São João que me pediu para fazer esse projeto de lei, que está apto para votação, mas, infelizmente, não consta na pauta. Dessa forma, peço ao nobre Deputado Tiago Ulisses, como membro da Mesa, que nos ajude a fazê-lo constar na pauta para que seja votado e haja esse registro na região de São João, em Minas e no Brasil, lembrando que o Estado do Rio de Janeiro está pretendendo elaborar um projeto de natureza semelhante, copiado do nosso. Aliás, ele já começou a tramitar na Assembleia do Rio. Nada contra o Rio fazer uma homenagem a Tiradentes, o que é muito louvável e bom para a cultura de todos os brasileiros, mas não seria justo que isso ocorresse antes que Minas Gerais fizesse o registro histórico da data de nascimento de Tiradentes, que é 12 de novembro, a data do batistério. Até então isso passou despercebido de todos. O batistério era, na época, o documento equivalente à certidão de nascimento, ou seja, o registro feito pela Igreja de São João del-Rei na ocasião do nascimento de Tiradentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Sr. Presidente, apesar da economia no prazo concedido. A importância do assunto a ser tratado deveria demandar os 60 minutos regimentais, mas vou tentar ater-me aos 15 minutos concedidos.

Primeiramente, refiro-me à fala do Deputado Domingos Sávio, que fez uma menção irônica à presença do Presidente Lula na Itália. Lembro-lhe que o Presidente Lula deve até se encontrar com o Governador Aécio, que pediu autorização para ausentar-se de Minas Gerais a fim de fazer um giro a Paris e Piemonte. Elogio o Governador, pois parece que as atividades em Piemonte são para promover o Estado de Minas Gerais, portanto se trata de uma viagem imbuída de alto espírito público, interesse para Minas Gerais, e um Chefe de Estado e um Governador de Estado, em uma economia globalizada, têm o direito e até o dever de fazer todas as gestões necessárias nos órgãos do Brasil e do exterior. Portanto, quanto a isso, não vejo nenhum demérito para o Presidente Lula, que está com a proposta de articular o G20, um evento dos mais importantes, realizado sob a condução do nosso Ministro da Fazenda, Guido Mantega, buscando romper o domínio do G7 sobre a economia. A economia mudou, e os países emergentes respondem por uma fatia expressiva da economia mundial, particularmente Brasil, Índia, China e África do Sul. E ainda com esse monopólio dos sete ou oito países mais ricos do mundo sobre uma população imensa que produz a riqueza mundial. Destaco essa liderança que o Presidente Lula desempenha no cenário internacional. Não é por outro motivo que todas as pesquisas mostram que ele é a liderança mais admirada e reconhecida nas Américas, lá fora e aqui dentro. O Presidente Lula é possuidor da mais alta popularidade que um Presidente da República teve depois da redemocratização. Desejo voltar ao assunto, não na perspectiva dos adjetivos, pois penso que essa perspectiva dos debates rebaixa a qualidade e o conteúdo que esta Casa sempre imprime às suas discussões, principalmente em se tratando de Deputados tão comprometidos e com tanta capacidade. Não vou analisar, pois acredito que o Governador exagerou, e não vou nem voltar mais a esse assunto. Penso que ele exagerou, pois ficou entusiasmado com a presença da bancada federal do PSDB. Sinceramente, dizer que será perverso para o Brasil mais quatro anos disso que está aí, dizer que não vamos gastar com a

"companheirada", é um ataque gratuito à militância do PT. Diga-se de passagem que parte dessa militância ajudou o candidato do Governador a ganhar a eleição em Belo Horizonte. Parte da "companheirada" ajudou o Governador a não sofrer uma derrota política em Belo Horizonte. Não sei se essa "companheirada" vai ter o reconhecimento agora, mas parte dessa "companheirada" ajudou o candidato da Aliança a ser vitorioso. A meu ver, o PT tinha todas as condições de ter uma candidatura própria em Belo Horizonte, mas são águas passadas, o resultado está aí e vamos ajudar o governo municipal a fazer a melhor gestão possível, até pelo compromisso que temos com a cidade de Belo Horizonte. E a população votou pela continuidade e ampliação do Orçamento Participativo, pela efetivação do SUS, pela ampliação do Suas, pelo fortalecimento da democracia participativa, pela ampliação da escola integrada; enfim, a população votou pela continuidade do projeto democrático popular iniciado pelo companheiro Patrus, seguido depois pelo nosso saudoso amigo Célio de Castro, e hoje pelo Prefeito Fernando Pimentel. Então não concordo com essa concepção de Estado mínimo, de Estado que vê investimento social como o Estado perdulário e da ganstança, Estado que gasta com a "companheirada". Não defendo Estado mínimo na Prefeitura de Belo Horizonte, mas sim ampliação de investimentos sociais. A partir de janeiro, o PT estará representado com o Vice-Prefeito, amigo particular, a quem muito respeito, o companheiro Roberto Carvalho, que terá também o papel de fazer essa defesa de um Estado presente, forte e atuante nas áreas sociais, entendimento que boa parte da população, com sua votação, imprimiu à candidatura Márcio e Roberto - exatamente para que fossem continuados e ampliados os investimentos sociais.

Mas, retomando a perspectiva abordada pelo Deputado Domingos Sávio, realmente temos de fazer esse debate de maneira séria. A crise está aí e tem em sua origem, em seus fundamentos, a concepção do Estado neoliberal, do Estado da desregulamentação, da ordem econômica que acredita que o mercado dá conta de tudo e se auto-regula. Ou seja, a crise internacional tem, em seu fundamento, em sua gênese, essa visão que nós, do PT, combatemos. Para nós, o Estado pode e deve ter uma presença sim. Acho até que nossa visão - lembrando da história da formação dos partidos no Brasil - aproxima-se muito mais de uma visão de Estado construída na Europa do pós-guerra: a visão da verdadeira social-democracia; não da social-democracia que depois deu as mãos aos latifundiários, às elites atrasadas do País, por um projeto de curto prazo, para ganhar a Presidência da República com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma aliança absolutamente pragmática. Nós temos a visão do chamado "welfare state", do Estado do bem-estar social; do Estado que, por meio de uma política tributária justa, recolhe parte da riqueza produzida para revertê-la em políticas públicas de inclusão, de educação e de saúde, como forma de redistribuição de renda. No caso do governo Lula, a política pública social é, mais que uma política social em si, parte constitutiva de uma estratégia de desenvolvimento econômico. E é exatamente por essa estratégia de desenvolvimento econômico - baseada, sim, na ampliação das exportações, do agronegócio, no fortalecimento das nossas "commodities", mas também no fortalecimento do mercado e do consumo internos, como forma de reaquecimento da nossa economia -, e não por outro motivo, que nos últimos anos o Brasil conseguiu crescer em uma média muito superior à média de crescimento dos anos Fernando Henrique Cardoso. Por isso discordo de quem diz que a política pública econômica do governo Lula é a mesma do governo Fernando Henrique. Pelo contrário; ela é substancialmente diferente da política econômica anterior, razão pela qual o Brasil, apesar de evidentemente sofrer os efeitos da crise - já que nossa economia, a economia mundial, é globalizada -, sofre muito menos. Sofre muito menos, repito, porque a economia brasileira adquiriu uma vitalidade fundada no aquecimento do mercado interno, possibilitado pelo processo redistributivo de renda, com mais investimento, mais crédito, mais política pública social, até mesmo de transferência de renda por meio do Benefício de Prestação Continuada e do programa Bolsa-Família.

Então, no enfrentamento dessa crise, o Brasil terá uma tranquilidade maior do que teria se tivesse mantido aquela política econômica perversa que privatizou, que dilapidou o patrimônio público, que entregou o patrimônio nacional, que gerou desemprego e dependência externa, com o Brasil indo a reboque do FMI. Hoje a história é outra. Mas é uma outra história que também suscita preocupação e exige medidas, medidas estas que o governo federal tem tomado - não ficou na bravata, não. O governo Lula lançou um pacote anticrise de R\$45.000.000.000,00.

Fez até uma medida para possibilitar o pagamento de tributos federais pelos empresários 10, 15 dias depois, para aquecer um pouco mais a economia e atenuar os impactos da liquidez. O Presidente Lula autorizou o Banco do Brasil a conceder mais crédito, assim como a Caixa Econômica Federal, e autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - a ter e adotar linhas de crédito que reforcem a expansão da atividade econômica.

Contra a crise, não podemos seguir a famosa cartilha neoliberal de corte de gastos, de retração de investimentos, de demissão de servidores públicos, de elevação de juros, de dificuldade de acesso ao crédito. Pelo contrário, a melhor forma de combater a crise é estimular o crescimento, gerar emprego, distribuir renda e aquecer o mercado de consumo interno. Aguardamos, até com ansiedade - parece que hoje ele está sendo lançado -, o pacote anticrise de Minas Gerais, um Estado que, no caso da mineração, por exemplo, já sofrerá cortes expressivos. Queremos também avaliar, com carinho e responsabilidade, as propostas do governo do Estado, porque, para enfrentar a crise, precisamos ter responsabilidade.

Não imagino que a Oposição ao governo Lula tenha uma posição de apostar no "quanto pior, melhor", para identificar no governo fatores que hoje estão vinculados à crise internacional. Pelo contrário: digo com toda a convicção que, se o Brasil não estivesse hoje com uma política econômica tão vigorosa, baseada no mercado de consumo interno, estaria numa situação muito pior.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado André Quintão, estes momentos de crise possibilitam fazer a diferenciação. Será que a política econômica adotada pelos governos do PSDB é tão próxima à do Presidente Lula? Os fatos mostram que é justamente o contrário. As crises de 1999 e de 2002 afetaram o Brasil com muito mais profundidade. Hoje o Brasil está em melhores condições para enfrentar a crise.

A postura da Oposição ao governo Lula - PSDB e Democratas - muito nos preocupa. Trata-se de dois aspectos importantes. O Fundo Soberano, que está para ser aprovado em Brasília, no Congresso Nacional, é o dinheiro que está sobrando do superávit primário para ser aplicado em investimentos internos, nas obras do Brasil, que a Oposição - PSDB e Democratas - tem dificuldades em aprovar, criando essa dificuldade lá. Isso é ruim para o Brasil. Para o País, o Fundo Soberano é um instrumento importante para enfrentar a crise.

Outra coisa é quando o nosso Governador fala que o governo Lula é perdulário, gasta muito, e fico pensando o que é gastar muito, porque o PSDB e o Democratas estão justamente agora se contrapondo ao Fernando Haddad, Ministro da Educação, que precisa aumentar as vagas na universidade pública, contratar novos professores para abrir os Cefets de Governador Valadares, de Teófilo Ottoni, em Minas Gerais; e também ao Ministro Patrus Ananias, que precisa preparar a rede de assistência social para que os pobres não sejam os primeiros a serem afetados pela crise econômica. E o PSDB e o Democratas são contra. Como é igual? Não é igual, é diferente. Esta crise mostrará a diferença.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura; V. Exa. lembrou bem. Só para exemplificar, o Ministério do Desenvolvimento Social atende mais de 60 milhões de pobres no Brasil, com uma estrutura de 10, 20 anos atrás. Agora existe uma perspectiva de criação de 164 cargos para cuidar de 60 milhões de pessoas, para um orçamento de R\$30.000.000.000,00. Será que isso é ganstança, é Estado perdulário?

Só para concluir, Presidente, pediria 3 minutos. O Estado tem de investir nas pessoas, nos seres humanos. É muito mais barato investir na criança, na educação infantil, na escola em tempo integral, no ensino técnico profissionalizante, sob a liderança do Ministro Haddad, e no Bolsa-Família, gerenciado pelo Ministro Patrus, do que depois gastar com tornozeleira eletrônica, com construção de presídios, com mais 4, 5 ou 10 mil novas vagas necessárias para quem comete crime ou ato infracional em Minas Gerais; ou seja, é muito melhor investir na prevenção, na inclusão social. Por isso quero rechaçar esse tipo de crítica dirigida injustamente ao governo federal. Hoje o governo federal tem uma política econômica calcada no crescimento e no desenvolvimento econômico com distribuição de renda. É isso que está fazendo com que o Brasil enfrente, de forma responsável, esta crise econômica.

Quero dizer também que esta Assembléia será responsável ao discutir os impactos da crise. Deputado Carlin Moura, agora, em Minas, para

qualquer ação de ampliação, para novos investimentos, a desculpa será a crise. Daqui a pouco, tenho certeza de que os Deputados debaterão o assunto. Aliás, o Deputado Tiago Ulisses defenderá essa proposta. Estamos com as nossas emendas parlamentares congeladas. Atendemos as demandas dos Municípios mais distantes, mais empobrecidos, mas, daqui a pouco, falarão que não poderão aumentar as emendas parlamentares por causa da crise, sendo que o governo Lula ampliou para R\$10.000.000,00 a redistribuição de recursos para os pequenos Municípios, para obras de infra-estrutura, reforma de escolas e postos de saúde, recuperação de estradas e sinais, apoio à agricultura familiar e à assistência social. Então, nós, Deputados e Deputadas desta Casa, que tanto colaboramos na organização administrativa e financeira do Estado, devemos agora, no Orçamento, preservar e ampliar os investimentos, sejam os contidos nos 57 projetos estruturadores, sejam os destinados aos pequenos e médios Municípios, por meio de emendas parlamentares. O melhor remédio anticrise é investir no ser humano, no crescimento econômico. É isso que o PT defende, e continuaremos a defender no Brasil, com o governo Lula, do povo brasileiro.

Há os companheiros do PT, que hoje, com muito orgulho e solidariedade aos companheiros do PCdoB, PSB, PMDB, PV, PTB e tantos outros partidos, dão sustentação ao governo Lula, mas dão sustentação a um projeto de mudança, e não, para benefício próprio. Portanto, quero aqui defender a "companheirada" que está nos acompanhando, que levanta a bandeira do PT, que está em cada Município mineiro. Sintam-se orgulhosos de serem companheiros do Presidente Lula, o melhor Presidente que este país já teve.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/11/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Almir Resende Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Katia Aquino Reis Guastaferrro do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Katia Aquino Reis Guastaferrro para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Libia Augusta Alves Simões para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 17/11/08, Douglas Freitas Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcio Antonio Silva Nogueira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Libia Augusta Alves Simões do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Administração Pública.